



Anais da Assembléia

N.º 70

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 16 DE JUNHO DE 1976

ANO II

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 101ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 16 DE JUNHO DE 1976 QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Gabriel Sampaio, secretariada pelos Senhores Deputados Leopoldo Jacomel e Lúcio Machado.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domicio Scaramella, Edilson Alencar, Egón Pudell, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Netto, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valtier Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes e Luiz Alberto de Oliveira (50); achando-se ausentes os Senhores Deputados: Ernesto Dal'Oglio, José Domingos Scarpelini, Otássio Pereira e Nelson Buffara (4).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,

destinada a apreciação de vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — (Gabriel Sampaio). Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomel). Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte proposição:

2ª DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nº 188/76, veto aposto ao Projeto de Lei nº 290/73, de autoria do Deputado Maurício Fruet, que estadualiza a estrada que liga Cerro Azul a Sengés, Vila de Varzeão. Parecer da CCJ., pela manutenção do veto, por unanimidade.

OFÍCIO Nº 188/76.

Curitiba, em 19 de maio de 1976.

Tenho a Honra de acusar o recebimento do ofício número 15/76, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição que me confere o artigo 47, inciso III, e na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 28, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 290/73, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Visa o autógrafo autorizar o Poder Executivo a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga os municípios de Cerro Azul a Sengés, via Vila de Varzeão.

A negativa de sanção ao Plano de Lei em exame decorre das

disposições constitucionais expressas nos artigos 25 e 35, da Carta Política Estadual, que conferem ao Chefe do Poder Executivo a competência para iniciativa de leis cuja execução crie, aumente ou autorize despesa pública.

O não acolhimento ao Projeto decorre, ainda, de informação prestada pelo Departamento de Estradas de Rodagem, considerando inoportuna a medida, eis que as obrigações já assumidas pelo referido Departamento não lhe permitem novos encargos, principalmente aqueles que demandem substanciais recursos financeiros.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— Em discussão.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomel). Com a palavra o Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs.

Deputados.

Ontem também se discutia e se votava, aqui, um veto aposto por S. Exa., o Sr. Governador do Estado que dá, exatamente, "ipses literis", as mesmas razões para negar o sancionamento ou a sanção do projeto de lei que constava da Ordem do Dia na sessão extraordinária. É só para manifestar, mais uma vez, a minha estranheza pela falta de acolhimento de S. Exa. aos projetos de lei que visam construções de estradas, em várias regiões do Paraná.

Aprovou-se, aqui, em dezembro do ano passado, neste mesmo plenário, verbas astronômicas para construções de estradas e, a nossa região, padece há mais de vinte anos com problemas de estradas.

O Deputado Maurício Fruet, visando a ligação de Cerro Azul a Sengés e Vila Varzeão, propôs o projeto de lei que tomou o número 290/73 e que mereceu, deste Plenário, a sua aprovação. E, agora, com a mesma justificativa S. Exa., o Sr. Governador do Estado, vem, para justificar o seu veto, mencionar que não há possibilidade financeira, de parte do DER, porque os encargos já assumidos, não permitem que as estradas passem para o Governo do Estado, através de seu Departamento de Estradas de Rodagem. É estranho que o Departamento de Estradas de Rodagem se declare incapaz para assumir os encargos de estradas prioritárias, neste Paraná.

É com este espírito que peço à minha bancada e também aos nobilíssimos Deputados da ARENA, que rejeitem o veto de S. Exa., o Sr. Governador do Estado do Paraná.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE — (Leopoldo Jacomel). Para discutir, concedo a palavra ao Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Mais do que nunca está comprovado que o Departamento de Estradas de Rodagem, o DER do meu Estado, do Estado do Paraná, é inerte, incapacitado e sem condições de corresponder às necessidades deste Estado.

Interessante é notar que o Sr. Governador do Estado continua confirmando aquilo que sempre dissemos desta tribuna,

continua se apresentando como a verdadeira máquina do veto. Nunca houve um Governador neste Estado que vetasse tanto como veta o Sr. Jayme Canet Júnior. E os vetos que não correspondem, em absoluto, à mínima justificativa.

Se existe uma região que ficou abandonada durante toda a existência, no meu Estado do Paraná, é a região do Norte Pioneiro. É tão antiga esta região, que é chamada de Norte Velho, porque é velho mesmo. Dele é que nasceu este grande Paraná. Norte Novo; Norte Novíssimo. E a minha região tem migração por todas as cidades deste Estado. No Oeste, no Sudoeste, no Norte, enfim em todos os quadrantes desta União Federativa.

A região raiz fundamental deste Estado, que cresceu e se desenvolveu, o meu Norte Pioneiro do Paraná, recebe vetos constantemente do Sr. Governador do Estado.

E engraçado e até importante Sr. Presidente, é que todas as vezes que apontamos aqui o esquecimento do Governo para o nosso Norte Velho do Paraná, sempre levanta um Deputado para dizer: Fizemos uma estrada. E o Governador faz estradas que deviam estar feitas há cinquenta anos passados. Mas serve de justificativa para que não se vetem projetos, principalmente de conservação de estradas de rodagem naquela região.

O asfalto que lá saiu, porque são quase 150 quilômetros de rodovias que antes eram rodovias de terra, conservadas pelo mesmo DER, pelo mesmo Departamento de Estradas de Rodagem e que naturalmente diminuíram esta obrigação de conservação, porque aproximadamente 150 quilômetros de leito de terra, hoje é leito asfáltico. Então, não é justificativa, em absoluto.

Este tipo de defesa, se pudéssemos caracterizar esse tipo de defesa, caracterizaríamos como demagogia. Porque se o Estado cresce economicamente, se aumenta as suas rendas adquiridas dos tributos do seu povo, tem que aumentar, é evidente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o atendimento ao Estado, ao seu povo e principalmente, Srs. Deputados, o atendimento quando se trata de assunto ligado a estradas, as vias de praticabilidade de transportes, a vidas de praticabilidade de recursos econômicos desta Unidade Federativa.

De minha parte, Sr. Presidente, estou e devo declarar-me decepcionado com esse Governo, com essa máquina de vetar, me parece que até já decorou os artigos da Constituição Estadual que estabelece a inconstitucionalidade de um projeto desta natureza. Porque na realidade, aqui não existe inconstitucionalidade, porque sentimos, observamos e percebemos, que de forma alguma, projeto desta natureza vem aumentar as despesas do Estado. Pelo contrário, vem dar condições para que o Estado, através do seu Departamento de Estradas de Rodagem, regional, coloque em movimento as máquinas que lá estão paradas, coloque em movimento os seus funcionários que têm faltado ao serviço, coloque acima de tudo a ordem, a justiça, na aplicação ao dinheiro público do Paraná.

E queremos dizer, nesta oportunidade, que o Governo do Estado se reveste de uma condição extraordinária para que o povo não saiba que aqui estamos contrariando os seus erros. Eu sou um dos poucos Deputados que quase sempre está nesta tribuna, sujeito ao vexame até, mas defendendo os direitos do povo. O que não tenho dito, não quero ter, e não pretendo ter, porque a minha palavra se não consta dos noticiários de jornais, constará dos Anais desta Casa. Porque o povo do Paraná sabe que aqui estamos, lutando e batalhando contra as injustiças que se fazem, porque temos visto aqui, assuntos de mínima importância que passam por esta tribuna, principalmente os jornais de maior circulação, estampam até nas primeiras páginas, dando um aspecto da mais alta importância.

Nós observamos pela CPI que ocorre dentro desta Casa, que ser governo neste País e neste Estado em que vivemos, é ser dono desta Nação.

Eu não preciso de notícia, a minha notícia é a minha digni-

dade. Acontece que me decepçiona como representante do povo deste Estado, ver que até os governos são coniventes aos erros dos jornais; são coniventes aos erros constantes de publicidade.

Deixo aqui mais uma vez neste pronunciamento, o meu protesto, escarecendo que votarei contra este veto e todos os vetos que, como este, vierem a esta Casa. E terei de encaminhar, já que não temos o direito de liberdade, principalmente, através da imprensa deste País, à minha região, se necessário for, os meus pronunciamentos, que serão colados às costas, para dizer que a palavra do MDB, quando não escondida, tem sido distorcida pela imprensa do Paraná.

Então, não é a censura. Não é a censura que deprime as notícias desta Nação, deste País, é a necessidade dos órgãos de imprensa.

E o Governo procura fazer economia com esse dinheiro que é do povo, deste povo que está miseravelmente pobre, cada vez mais pobre. E o Governo vetando essa estrada de Sengés, estrada de quem precisa transportar aquilo que colhe com o suor, com os calos nas mãos, com o sofrimento de suas famílias, enquanto o DER dorme em Jacarezinho, com máquinas e homens pagos com o dinheiro do Estado do Paraná.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Gabriel Sampaio). Continua em discussão.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Para discutir). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Diz o adágio popular: “enquanto os cães ladram, a caravana passa”.

O Deputado que defende o Governo somos nós, somos nós porque, realmente, Sr. Presidente, realmente, Srs. Deputados, realmente, a imprensa do Paraná, não precisamos da imprensa a não ser para que fale a verdade. Para que não se venha, neste Paraná de todas as gentes, com pronunciamentos esdrúxulos quando se referem ao Governo de Jayme Canet Júnior. E com referência a este Governo que aí está, quero lembrar um outro provérbio: “o pior cego é aquele que não quer ver”.

Quando vamos à nossa região, às cidades de Joaquim Távora e Santo Antônio da Platina, tranquilos, pelo asfalto, temos que lembrar que Jayme Canet Júnior não era Governador do Estado há 50 anos. Temos que lembrar que S. Exa. deu condições às duas Prefeituras de Sengés e Cerro Azul, para que aquele povo tenha condições de escoar suas produções, para que o dinheiro do povo seja aplicado em benefício do próprio povo.

E vem o nobre Deputado que ocupou anteriormente esta tribuna, tripudiar sobre o Governo, sobre esse Governo que está levando tantos benefícios ao Norte Pioneiro. Porque, hoje, graças a Deus, graças a Jayme Canet, tantas estradas estão sendo feitas no Norte Pioneiro e tantos benefícios são levados à região, por todas as secretarias, principalmente pela Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social.

E agora vemos um deputado querer enxovalhar o Governo, Governo que este Deputado humilde, modestamente, por três vezes, representa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, vemos os Prefeitos do Norte Pioneiro irem à Secretaria de Transportes e do DER, firmarem convênios e levarem às suas cidades, os benefícios que aquele povo necessita.

Não vamos admitir, Sr. Presidente, que um Deputado venha acusar o Governo, este Governo que tem inaugurado tantas estradas, este Governo que promete e realiza, este Governo que está levando uma estrada ao Norte Pioneiro e, agora, vai iniciar o asfaltamento da estrada Tibagi-Castro.

E o ilustre Deputado da Oposição vem dizer, nesta Casa, que o Governo nada faz. Esse Deputado ataca uma autoridade constituída e tem que pensar de seu lado, tem que pensar quando nós éramos Prefeitos de alguma cidade, nós chorávamos as amarguras de não poder transitar em nossas estradas. Hoje, graças a Deus, e graças ao Governo da Revolução, o Norte Pio-

neiro, o nosso Norte Pioneiro, o Norte Pioneiro de homens que não querem outra coisa a não ser a verdade, está cortado de estradas asfaltadas, de Santo Antonio da Platina a Jaguariaíva, de Santo Antonio da Platina a Ibaiti, de Santo Antonio da Platina a São Sebastião da Amoreira, de Santo Antonio da Platina ao complexo graneleiro da Cooperativa que leva o progresso. Então, é isso que o Governo mente?

Mente quem chama o Governo de mentiroso. Mente quem diz que nós vimos aqui defender uma coisa indefensável.

É por isso que a democracia está claudicando, porque olhamos nossos interesses pessoais, mentindo para o povo, dizendo para nosso povo do Norte Velho, do nosso Norte querido, de cabelos encanecidos, que deu tudo para a estrutura do Sul, do Sudoeste, do Norte Novo e Norte Novíssimo. É por isso que não podemos concordar com essas babozeiras, quando se ataca a imprensa, quando se ataca o Governo constituído, aqueles homens que só encontraram forças no Governo da Revolução.

Não vamos admitir que se venha a esta tribuna com demagogia, dizer que o Governo não tem nexos, não tem conduta, atacando os Deputados que defendem o Governo falando a verdade; estamos lá para ver todo o asfalto e haveremos de ver, não uma estrada conservada, mas haveremos de ver a estrada Sengés — Cerro Azul, Vila Branca, que conhecemos a “passo de cavalo”, até o Porto de Antonina para a redenção do Paraná.

S. Exa. o Sr. Deputado Lúcio Machado há de se redimir com sua consciência e há de falar de outra maneira, porque aqui no Paraná, como no Brasil, a imprensa é livre para fazer propaganda de fatos e não boatos, porque fala S. Exa. que o Norte Pioneiro não tem estradas.

Permita-me com a devida vênia, sem chamá-lo de mentiroso, dizer que S. Exa. falta com a verdade, porque lá estão as estradas, lá está o dinheiro do povo e saibam que esse Deputado foi indicado pelo ilustre Deputado Lúcio Machado, sem dizer o nome, chama-se Gabriel Manoel.

Este Deputado que há de defender o Norte e o Governo sadio e honesto de Jayme Canet. Governo honesto e sadio da ARENA, desde 1964, e há de provar para nossos filhos e para a posteridade, que Jayme Canet está trabalhando pelo bem estar do Paraná e sua gente.

Queria dar também um aviso para esse moço que vem à tribuna sem ter condições, nem noção do que se fala em estradas, do problema de estradas. Basta que S. Exa. vá até aquele município, ou mesmo à Secretaria dos Transportes, para ver o que temos em estradas.

É por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que muitas vezes a imprensa não publica pronunciamentos esdrúxulos, porque não podemos estar aqui à mercê de Deputados que vêm todos os dias, sistematicamente, para fazer uma destruição, para fazer um comparativo destrutivo, quando nosso problema é construir o Paraná, quando nosso problema é unir, de mãos dadas, unidos para sempre, pelo Paraná, ARENA e MDB, para olharmos para nosso povo e nossa gente.

Porque não podemos admitir, Sr. Presidente, que um Deputado que vai à nossa região e diz para os colonos que o feijão está barato, venha aqui pleitear o tabelamento do feijão, para que o feijão seja vendido pela metade do preço.

São dois pesos e duas medidas.

Perdoe-me o eminente colega que me antecedeu, mas nos revolta crítica desta natureza. O que queremos é crítica construtiva, porque Jayme Canet está lá, com a devida vênia de outros Governadores arenistas, olhando, e foi o que mais olhou, pelo Norte Pioneiro. Graças a este homem é que a Rodovia Parigot de Souza há de ser inaugurada, pois faltam apenas 3 km, para chegar à sua cidade, nobre Deputado.

É por isto que nos revoltamos e pedimos a V. Exa. que faça uma revisão na sua consciência. Pode o nobre Deputado

estar certo que cada vez que alguém vier à tribuna para atacar o Governo, aqui estaremos para defendê-lo, para falar a verdade ao nosso povo e falar a verdade à imprensa. O que queremos é verdade e o Sr. Governador Jayme Canet haverá de ser consagrado pelo povo em todo o hinterland paranaense, de norte a sul, de leste a oeste.

O que não podemos, como já dissemos, é concordar que a “caravana continue passando”, e que Deputados, sem conhecimento de causa, fiquem a atacar o Governo.

Com a devida vênia e com o devido respeito que tenho pelo Deputado Maurício Fruet, tenho a dizer que este projeto está superado. Existe, se V. Exa. não sabe, o PROSAFRA, onde aplica-se o dinheiro do povo, onde se dá dinheiro, se dá verbas e auxílios para que os Prefeitos possam fazer as estradas e conservá-las.

Há ainda mais uma coisa. Temos um plano de viabilidade para essa estrada que conhecemos “a passo de cavalo”. Essa estrada que vai de Sengés, Vila Branca, Cerro Azul e Antonina há de ser a redenção daquele povo que está sofrendo, há de ser a redenção daquele povo que não irá admitir críticas, porque quando se faz críticas tem-se que ter a documentação palpável.

Convido o Sr. Deputado Lúcio Machado para ir ao DER, para ver o plano de viabilidade que existe da estrada Sengés, Vila Branca, Cerro Azul, Antonina.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Gabriel Sampaio) Continua em discussão.

O SR. DÁCIO LEONEL — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Sr. Deputado, tendo em vista o horário, uma vez que são 14,30, transferimos e prosseguiremos na discussão da matéria na próxima sessão.

O SR. DÁCIO LEONEL — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Gabriel Sampaio). Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para o dia 22, terça-feira, às 14,00 horas, com a mesma Ordem do Dia.

Levanta-se a Sessão.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 102ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 16 DE JUNHO DE 1976.

Presidência do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, secretariada pelos Srs. Deputados Leopoldo Jacomel e Lúcio Machado.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aginaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes e Luiz Alberto Oliveira. (50); achando-se ausentes os Srs. Deputados Ernesto Dal'Oglio, José Domingos Scarpellini, Otássio Pereira, e Nelson Buffara (04).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Gabriel Sampaio) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Sr. Deputado Jurandir Messias, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei número 62/76.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos de hoje, desta Casa, um voto de pesar pelo passamento do Dr. MANOEL PEDRO DOS SANTOS LIMA, ex-funcionário do Poder Executivo, e que estava à disposição desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1976.

(a) MAURÍCIO FRUET

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja registrada na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. ASPERMONT OSMAR COLLEONE, ocorrido ontem na cidade de São Paulo. O extinto era um dos mais antigos madeireiros da cidade de Ponta Grossa, deixando com seu passamento, um grande lastro na família pontagrossense. Era conhecido por todos como Sr. Maninho Colleone, assim chamado por todos o quanto o estimavam.

Requer, outrossim, que após a aprovação deste, se dê conhecimento à família enlutada, residente na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1976.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO

Senhor Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e prerrogativas parlamentares, requer, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Casa, do inteiro teor do pronunciamento feito pelo Deputado Federal Norton Macedo, na Câmara Federal e publicado na "Gazeta do Povo" do dia 16 do corrente, abordando o problema da estatização e nacionalização. O pronunciamento merece nosso apoio pela maneira com que aborda o assunto que vem monopolizando as atenções de grande parte dos setores da vida nacional.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1976.

(a) WERNER WANDERER

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Pelo presente comunico a Vossa Excelência que os Deputados Lázaro Dumont, Luiz Roberto Soares e Fuad Nacli, membros da bancada da ARENA nesta Casa, foram indicados para representarem, oficialmente, nossa representação política no Simpósio de Política Rural, sob o tema "O Homem e o Campo", a realizar-se em Brasília, de 22 a 25 do mês em curso.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1976.

(a) IVO THOMAZONI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, requer a V. Exa. que ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Dr. Renato Antonio Johnsson, DD. Diretor Presidente da TELEPAR, no sentido de ser estudada a viabilidade de instalação de telefones na localidade de Papagaio Novos, Município de Palmeira, tendo em vista a importância daquele núcleo populacional na vida econômica do Município, cuja reivindicação justa vem sendo feita, com frequência, por seus habitantes.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1976.

(a) LINEU TURRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao DD. Secretário das Finanças, Dr. Jayme Prosdócimo, expediente solicitando a urgente ampliação da Agência de Rendas do Município de Umuarama.

O pleiteado encontra justificativa uma vez que o prédio atual da citada agência é de apenas 150 metros quadrados, espaço realmente exíguo se considerarmos que nele devem ser atendidos os contribuintes do município que geram mensalmente uma arrecadação média de seis milhões e meio de cruzeiros.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1976".

(a) JOÃO CIONI NETO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja oficiado à Diretoria do Banco do Estado do Paraná, apelando para que se instale uma agência no município de Florestópolis.

Tal apelo se faz, tendo em vista o desenvolvimento da região, e a inexistência da casa bancária no município, o que acarreta sérios prejuízos aos seus habitantes que necessitam se deslocarem a outros municípios para efetuarem suas transações bancárias.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1976.

(a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Exmo. Sr. Dr. Osiris Stenghel Guimarães, DD. Secretário de Estado dos Transportes, apelando para que se construa a via de acesso entre a cidade de Miraselva e a Rodovia João Lunardelli, que virá facilitar o escoamento dos veículos que demandam daquela cidade.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1976.

(a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, requer a V. Exa. que, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Dr. Arnaldo Faivro Busato, DD. Secretário de Estado da Saúde e do Bem Estar Social, no sentido de encarecer a necessidade de instalação de um Posto de Saúde, bem assim a designação de médico, para atendimento semanal, na localidade de Papagaio Novos, Município de Pameira.

Ocorre que, a referida localidade, em franco crescimento populacional, é uma das que mais se destaca no município

por sua pujança agrícola, entretanto o seu povo está carente de assistência à sua saúde, cujos reclamos são frequentes.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1976.

(a) LINEU TURRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente

O Deputado que o presente subscreve, requer, ouvido o Plenário, seja inserido em Ata dos trabalhos, um voto de louvor à ACARPA, pela realização do Primeiro Encontro Estadual de Produtores de Frutas e Hortaliças.

A ACARPA, através de seus técnicos, vem realizando um magnífico trabalho na orientação do produtor de frutas de clima temperado e no desenvolvimento da olericultura, especialmente na região Metropolitana de Curitiba. O seu trabalho é realizado diretamente com o colono ou através de cursos práticos em várias localidades.

Este ano, tendo em vista os resultados excelentes obtidos nos anos anteriores aquele órgão de orientação ampliou para a esfera estadual sua atuação realizando nos dias 14, 15 e 16 do corrente o Primeiro Encontro.

Cientes da necessidade de oferecer ao nosso Produtor condições técnicas, quer na instalação de pomares, quer na orientação do tratamento fitossanitário ou até na comercialização dos produtos, propomos o presente voto de louvor, como reconhecimento desta Casa ao esforço dispendido pela ACARPA.

Requer, outrossim, que da deliberação seja dado ciência à Direção Regional da ACARPA, ao Escritório Metropolitano do órgão e ao Exmo. Sr. Secretário da Agricultura, Dr. Paulo Carneiro Ribeiro.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1976.

(a) IVO THOMAZONI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Exmo. Sr. NOEL LOBO GUIMARÃES, Secretário de Estado do Interior, PEDIDO DE INFORMAÇÕES referente ao atendimento de novas ligações da rede de águas na cidade de Jandaia do Sul.

Tal solicitação se faz, tendo em vista que, segundo informações recebidas através do Sr. Prefeito Municipal, atualmente aquela cidade vem contando com abundância de água potável e, inexplicavelmente, a SANEPAR vem recusando e se negando a atender pedidos de novas ligações domiciliares em locais onde já existe rede de água. Com essa negativa, está ocorrendo um grande desestímulo da população local em construir novas casas. É, também, do nosso conhecimento que há uma urgente necessidade e que já existe programação da SANEPAR, na ampliação da rede de águas e da rede de captação de novas fontes naquela cidade. O que nos causa estranheza, é a negativa da SANEPAR em atender às ligações que são solicitadas atualmente, onde já existe rede de água.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1976.

(a) GILBERTO CARVALHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer ouvida a Casa, seja oficiado ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que determine seja efetuada a conservação periódica da estrada que liga Palotina a Terra Roxa, no Oeste Paranaense.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1976.

(a) ALFREDO GULIN

JUSTIFICATIVA:

Ambas as cidades possuem em seu total 117.712 habitantes, sendo este um número bastante considerável e em sua grande maioria, são agricultores empenhados na produção de soja e outros produtos próprios da região, além de se dedicarem à criação de suínos.

O escoamento da safra e transporte de diferentes naturezas, são efetuados pela referida estrada, que atualmente encontra-se em precárias condições, dificultando grandemente o tráfico pela mesma, o que tem causado sérios embaraços àqueles que habitualmente se utilizam dela.

Assim sendo, solicitamos aos ilustres Pares, o devido apoio e conseqüente aprovação do presente, que virá, sem dúvida, de encontro às justas aspirações dos moradores daquela localidade.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 73/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica criado o Município de Perobal, com território desmembrado do Município de Umuarama, com as divisas do atual Distrito Administrativo e Judiciário do mesmo nome.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1976.

(a) JOÃO CIONI NETTO

(Apoio) — Dácio Leonel, Ivo Thomazoni, Lázaro Dumont Gabriel Sampaio, Leopoldo Jacomel.

JUSTIFICATIVA:

O Distrito Administrativo e Judiciário de Perobal, no município de Umuarama, vem apresentando nos últimos anos, elevados índices de crescimento econômico e social, que traduzem o espírito progressista da sua laboriosa população. Ora, um tal desenvolvimento está a impor uma administração autônoma e direta, que é o anseio de todos aqueles moradores. De acordo com a documentação que anexamos, ficam atendidas as exigências legais estabelecidas através da Lei Complementar número 1, de 09 de novembro de 1967, que determina os requisitos mínimos da população, renda, corpo eleitoral e de urbanismo. Desta forma, estamos apresentando o presente projeto que, temos a certeza, contará com o apoio dos nobres Pares com assento nesta Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE — (Gabriel Sampaio) Está finda a leitura do expediente.

Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Grande Expediente Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Um dos municípios que representamos nesta Casa Legislativa, mais precisamente o município de Castro, vem de longa data lutando para conseguir a eletrificação rural de dois de seus mais importantes distritos, o Distrito de Socavão e Abapan. Logo após nossa eleição, fomos procurados pelas lideranças políticas daquele município, no sentido de batalharmos pela tão importante causa, buscando, junto ao Governo, uma solução definitiva ao problema.

De início, realizamos reuniões com os dirigentes das firmas estabelecidas em Socavão e Abapan, que se dedicam à produção de cal, de calcário e de talco. Ali estão implantadas, en-

tre outras, a Mineração Paranaense, a Cal Francosim Ltda., a mineração Castrense, a produtora de Cal Santo Ltda., A.Za., e Companhia, a Super Cal, a CalPar, Patomar, Estrela, O Uirapuru, e a Uchieka. São firmas que lutam com enorme dificuldade, tendo em vista a falta de energia elétrica. É preciso lembrar que só o município de Castro é responsável por aproximadamente 50 por cento da produção do tálco brasileiro.

Sentimos de perto o problema.

Visitamos uma a uma as indústrias e pudemos compreender que a chegada da eletrificação seria altamente benéfica, quer às indústrias, quer aos municípios, quer ao próprio Estado.

Um rápido levantamento feito na época, concluiu que perto de 4 mil de KWAs seriam necessários para o atendimento, apenas no tocante às indústrias. Tal argumento seria para que promovêssemos um trabalho junto à Copel. Mais de uma dezena de contatos foram feitos por nós e pelo Sr. Prefeito Municipal de Castro, Dr. Lauro Lopes.

E esses contatos foram feitos de modo especial com o Sr. Domingos Prata Barbosa, na busca de um encaminhamento para o problema.

Em audiência com o Dr. Arthur Andreolli, fizemos sentir que a chegada da eletrificação em Socavão e Abapan, representaria um aumento extraordinário na produção, pois são notáveis as jazidas ali existentes, e mais do que isso, permitiriam o aumento de mão de obra, maiores vantagens para o município e maior produção ao próprio Estado do Paraná.

Fizemos na mesma ocasião, um contato com o Dr. Edgar Ribeiro de Menezes, no sentido de sensibilizar o BRDE, a fim de que o mesmo fizesse parte do financiamento da obra, dada a sua importância e ao vulto desta realização.

Solicitamos da Copel um levantamento de custos e da viabilidade da execução dessa eletrificação rural. Tal obra foi então orçada em torno de 11 milhões de cruzeiros novos, pois tal plano demandaria também um reforço das linhas de Carambeí à cidade de Castro.

Considerando a proximidade do distrito de Itaiacoca, pertencente ao município de Ponta Grossa, ao distrito de Abapan, este no município de Castro, foi aventada pela Copel, a possibilidade de se fazer um único projeto, atendendo como consequência, os três distritos.

Esse projeto determinaria que uma das linhas fosse, através de Itaiacoca até Abapan, enquanto a outra ligação seria feita por Castro, ligando com o distrito de Socavão.

Nessa oportunidade, solicitamos à Copel o envio de técnicos para uma visita, em nossa companhia, ao referido distrito, para que fosse conhecida mais de perto a forma como atuavam tais indústrias.

Seria uma maneira de se conhecer as indústrias, de se conhecer as jazidas extraordinárias que ali existem, de se conhecer os meios empregados no funcionamento daquelas indústrias, os tipos de motores que ali estão instalados e um levantamento do total de óleo que é consumido. Enfim, uma panorâmica capaz de levar à decisão que sempre preconizamos: a urgência da eletrificação daqueles distritos.

Fizemos idêntico convite ao Sr. Secretário da Indústria e Comércio, Dr. Luiz Gonzaga Pinto, que só deixou de comparecer por ter, naquela data, um compromisso inadiável nesta Capital. Contudo, por sugestão do Sr. Secretário da Indústria e Comércio, Dr. Luiz Gonzaga Pinto, se fez presente em nossa comitiva, na condição de convidado, o Dr. Amadeu Puppi, Prefeito Municipal de Ponta Grossa.

Tal comitiva, da qual fez parte o Dr. Domingos Prata Barbosa, além do Prefeito de Castro e Vereadores daquele município, visitou indústrias de Socavão e de Abapan. Do Abapan, o Dr. Domingos Prata Barbosa, em companhia do Prefeito de Ponta Grossa e dos assessores do Sr. Amadeu Puppi, seguiram para o distrito de Itaiacoca.

Juntamente com as autoridades de Castro, retornamos do

Abapan, deixando de ir a Itaiacoca, por se tratar de distrito de Ponta Grossa, e, como afirmamos ao Prefeito Amadeu Puppi, por estar ausente nosso ilustre companheiro Deputado David Federmann, entendemos que tal medida representava um princípio de ética que deveria prevalecer.

Com os dados em mãos e outros que está completando, a Copel está procurando encontrar melhor forma de atender tal reivindicação, estando colaborando diversos estudos e projetos. Merece aqui um destaque muito especial a figura do Dr. Domingos Prata Barbosa, cujo trabalho em benefício da obra tem sido realmente extraordinário.

A vibração da cidade de Castro, Srs. Deputados, cidade que tenho a honra de representar, foi tão marcante que um dos seus Vereadores, Sr. Tadeski Maeda, destacado homem público daquele município, apresentou requerimento à Câmara Municipal, solicitando um agradecimento ao Prefeito Amadeu Puppi, por sua simpática participação na solução do problema; participação porque ele passou a interessar-se pela solução do problema de Itaiacoca; participação porque o Sr. Amadeu Puppi convidado, acompanhou a comitiva que visitou os distritos de Socavão e Abapan. Participação porque nossa luta, é de integração.

Ocorre, no entanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que tal requerimento chegado às mãos do Sr. Prefeito de Ponta Grossa, Amadeu Puppi, teve um sentido, lamentavelmente, completamente distorcido. Creio que por afobação bajulatória da assessoria do Prefeito Amadeu Puppi, tal requerimento, ao invés de representar o pensamento do Vereador castrense, de união, de gentileza, de delicadeza, passou a ser usado como promoção pessoal do Prefeito Amadeu Puppi.

Tenho em mãos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, dois jornais desta Capital. Dia 9 de junho, quarta-feira última, o jornal "O Estado do Paraná", traz estampado em manchete "Ação de Puppi estendeu eletrificação a Castro". Quando li, quase morri de tanto rir.

Mas, acontece que o leitor menos avisado, efetivamente, ao ler esta notícia, não deve ter entendido exatamente o seu alcance; e deve, até, ter admitido que o município de Castro tem um prefeito incapaz ou até, seja uma terra sem mãe e sem pai. Usou a assessoria, entendo que deve ser ela, porque foi o Prefeito de Ponta Grossa que recebeu o expediente, usou a sua assessoria de uma forma lamentável, distorcendo completamente.

Não tendemos o motivo, inclusive trouxe expresso o requerimento que o que houve foi uma manifestação generosa do meu povo da minha cidade, de um Vereador do meu município, agradecendo sua participação, procurando ser gentil e delicado. Mas, não imaginando que aquela assessoria usaria aquele requerimento, para tentar transformar o Prefeito de Ponta Grossa como realizador de um problema do meu município, que vem, há quase um ano, sendo postulado pelo meu prefeito, pelos meus Vereadores, pelos homens de minha cidade.

Quando saiu a primeira publicação no dia 9 de junho no jornal "O Estado do Paraná", preferimos silenciar. Entendemos que teria sido, eventualmente, apenas e tão somente um erro, uma afobação de uma assessoria.

Mas, outra vez, Sr. Presidente, Srs. Deputados, no dia 14 de junho exatamente, anteontem, o jornal "Gazeta do Povo", traz também outro destaque — "Castro agradece Puppi, eletrificação rural".

Entendemos que devíamos vir a esta tribuna, que é nosso caminho de comunicação, já que não temos a comunicação que o Sr. Prefeito de Ponta Grossa tem, apenas para fazer esta observação, para fazer esta análise e fazer este registro, porque entendemos que não pode ser desconhecido, neste instante, o trabalho que tem sido feito pela minha gente de Castro, pelo Prefeito Lauro Lopes, pelo Vice-Prefeito Nelson Néia, pelos componentes da nossa Câmara de Vereadores, pela série infindável de

reuniões que têm sido realizadas, quer na Prefeitura, quer no Socavão, quer no Abatan, as visitas que aqueles homens têm feito às indústrias, os problemas que têm procurado conhecer, quando o Prefeito de Ponta Grossa lá fez uma única visita, como convidado especial.

E, agora, então, vem uma assessoria e, de uma forma que não entendo, não sei como explicar, que procura transformar um trabalho daquela gente junto à COPEL, junto ao BRDE, junto ao Governo do Estado, quando apenas esteve uma vez em Castro, se procura transformar tudo isto, numa promoção, única e exclusiva, do Prefeito da cidade de Ponta Grossa.

Era o meu registro, a minha insatisfação profunda, porque não sei como entender, não sei ao que atribuir, não sei como explicar aos Senhores, vendo no meu município, o meu povo, a minha gente, entender que o Prefeito princesino é que esteja resolvendo problemas do meu município, quando ele lá esteve, repito mais uma vez, uma única ocasião e como convidado para participar de uma....."

O Sr. Luiz Carlos Zuk — V. Exa. me permite um aparte?

(Assentimento).

Ilustre Deputado Dácio Leonel.

V. Exa. aborda hoje nesta Casa, com fundamento e, acima de tudo, com justiça, ao nobre povo castrense que V. Exa. representa nesta Casa e, principalmente, ao valor moral que é do Sr. Prefeito Municipal da cidade de Castro, Dr. Lauro Lopes, que foi Presidente da Associação dos Municípios dos Campos Gerais, papel esse que desenvolveu sempre voltando suas vistas em termos de comunidade dos Campos Gerais.

É traz, além disso o seu pronunciamento nesta Casa, e nosso testemunho de que a vossa pessoa, com as lideranças de Campos Gerais, com as lideranças particularmente de Castro, foi quem desenvolveu o trabalho de conseguir junto ao Governo do Estado, e mais particularmente junto à COPEL, a eletrificação rural aos distritos de Abapan, distrito este carente e necessária essa eletrificação e ainda mais o distrito de Socavão.

Nós, Deputado Dácio Leonel, somos a sua testemunha do seu trabalho, do trabalho das lideranças da comunidade de Castro e não poderíamos, de maneira alguma, neste instante em que V. Exa. faz justiça a quem deve fazer, se isenta, nós, nesse aparte incorporamos a vossa pessoa porque somos testemunha de que partiu da sua bancada, que partiu do seu convite a participação do ilustre Prefeito da cidade de Ponta Grossa.

O que faz a este Paraná, Sr. Deputado Dácio Leonel, é que o Prefeito do meu município de Ponta Grossa, que não tem nada a mostrar, não tem uma mostragem da sua administração, incapacitada até a presente data, que não traz ao povo de Ponta Grossa benefício algum, tenta agora um benefício que ainda não foi concretizado realmente, mas que está em andamento e há de ser concretizado, onde teve a participação direta do povo de Castro, das suas autoridades e da vossa representação.

Tenta ele se inserir em um município vizinho, trazendo a si as glórias de uma atividade que realmente é de outra pessoa.

Acredito que não é a Assessoria de S. Exa. o Prefeito, mas é a própria vontade do Prefeito de Ponta Grossa que não tem o que mostrar de sua administração e tenta tirar de uma boa Administração, como é a de Castro, como é a participação vossa nesta Legislatura, tenta tirar proveito quando tenta levar a ele, a Ponta Grossa, à Prefeitura, a participação do benefício conseguido por outra representação.

Queríamos tão somente Deputado Dácio Leonel, que ficasse registrado nos Anais desta Casa, nós que representamos o município e se aqui estivesse o ilustre Deputado David Federmann ele faria da nossa a sua palavra, porque nós somos testemunhas de que partiu da vossa pessoa o convite.

E se no dia de amanhã alguém do distrito de Socavão e de Abapan, como o nosso de Itaiacoca, tiver eletrificação

rural, uma das parcelas, uma das grandes parcelas desse benefício conseguido é e será por direito destinado à vossa representação, que teve a felicidade, em boa hora, de chamar para eletrificação não só destes distritos de Socavão e de Abapan, mas também de Itaiacoca.

E V. Exa., pela dignidade que possui, não veio nunca a esta tribuna e não foi nunca a órgão de divulgação dizer que conseguiu levar benefício de um distrito a outro, pela respeitabilidade política que vossa pessoa sabe, em termos de Arena, do Deputado David Federmann.

E fica mais uma vez, Sr. Deputado, registrado nos Anais da Casa a decência política, de que é dotada vossa pessoa, o que falta muito, infelizmente eu assim o digo, ao Prefeito de Ponta Grossa, da nossa representação.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. DÁCIO LEONEL — Agradeço a gentileza do nobre Deputado Luiz Carlos Zuk e devo agradecer o testemunho de V. Exa. com referência ao nosso posicionamento no tocante ao nosso eminente par, nesta Casa, Deputado David Federmann.

"Porque eu dizia, no início de minhas considerações, que no dia em que com a comitiva visitamos Socavão e Abapan, e que dali os Diretores da COPEL seguiriam para Itaiacoca, eu fui categórico ao Sr. Prefeito, dizendo-lhe que não iria até Itaiacoca, como não iriam os meus companheiros de Castro, porque o Sr. Deputado David Federmann não fazia parte da minha comitiva e eu me julgaria um intruso se lá fosse sem a presença do Deputado, que eu gostaria de respeitar, por uma questão de ética, que é meu princípio.

Eu não esperava receber a resposta, não a que eu recebi, mas que recebeu o meu Prefeito de Castro, os meus companheiros do município de Castro.

Porque hoje, em Castro, quando se abriu o jornal, a impressão que se dá à população é que precisamos de um Prefeito intruso para resolver um problema que é nosso".

Tenho dito.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Sampaio) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, segundo me consta faltam ainda alguns minutos para o término da Hora do Expediente.

Havia solicitado a palavra, pergunto a V. Exa. se ainda há possibilidade de fazer uso da mesma.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Sampaio) — A Mesa pede escusas ao nobre Deputado Lúcio Machado, que por um lapso não notou o seu nome na relação.

E concede com muito prazer a palavra a V. Exa., nos minutos que ainda restam.

O SR. LÚCIO MACHADO — Obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Aos discutirmos mais um improcedente veto de S. Exa. o Governador do Estado, na reunião extraordinária, anteriormente realizada nesta Casa, fomos levados talvez ao excesso de entusiasmo naquela oportunidade, quando tecemos críticas inclusive, ao cerceamento de divulgação dos trabalhos de nossa bancada, nesta Casa, pelos jornais de grande circulação deste Estado.

Entretanto, queremos fazer aqui uma referência, como manifestação de respeito àqueles que agem com dignidade e também com respeito na sua atividade e na sua função.

Quero dizer aqui, que nem todos esses jornais, distorcem os nossos pronunciamentos.

Queremos manifestar o nosso mais profundo respeito à "Gazeta do Povo", jornal que, decentemente, tem dado algumas notícias de nossos pronunciamentos. E quando dá, quando

o.faz, tem feito com seriedade, com o respeito e com a dignidade de uma imprensa que sabe entender que o Parlamento, com os seus parlamentares, é acima de tudo, a expressão de representação de um povo, de uma comunidade, seja ela o município, seja ela o Estado, seja ela a Nação.

Lamentamos que não esteja nesta oportunidade, neste Plenário, o Deputado Gabriel Manoel, quando de uma forma de seu costume e que fere caracterizadamente a ética deste Parlamento, ao discutir aquele veto não o atacamos.

Dizia S. Exa., de forma impropriedade que, chamamos o Sr. Governador de mentiroso.

Mesmo que sentíssemos que S. Exa. assim procedeu, jamais usaríamos, na tribuna, essa expressão.

Não porque, conforme afirmação daquele Deputado o Sr. Governador é autoridade constituída, porque para nós, o Governador do Estado do Paraná e todos os Governadores de Estados desta Nação, não são constituídos, são nomeados.

Constituídos somos nós, pelo povo, através do voto secreto e universal.

Constituídos somos nós que recebemos, nas urnas livres, a manifestação da vontade do povo para o representar.

E porisso, procuramos, a todo instante, representá-lo com dignidade.

E ainda disse o eminente Deputado arenista que nosso pronunciamento era esdrúxulo.

Acredito que S. Exa. não conhece o sentido da palavra, diz apenas porque ouviu alguém dizer.

Porque se conhecesse, realmente, não teria dito.

Os nossos pronunciamentos têm sido, como afirmou "O Estado do Paraná" e depois deixou de afirmar "nem para o bem, nem para o mal", têm sido prolixos, compridos, têm sido até cansativos.

Entretanto, estamos satisfeitos porque sentimos, acima de tudo, que é nosso dever representar o povo do Estado, pela palavra que é a arma suprema do parlamentar.

Não é porque a crítica de um jornal que está vinculado a um grupo a quem indicamos os erros, não é por causa dessa crítica que deixamos de cumprir o nosso dever, deixamos de representar a nossa região, neste Parlamento.

As nossas ações podem ser troglodíticas, como disse um outro jornal de circulação também desta Capital; não importa que nossas ações sejam extemporâneas, não importam que elas sejam da época medieval; não importa que elas sejam de milênios passados, importa, sim, que elas tragam a impressão de que, acima de tudo, estamos aqui, enfrentando uma força do poder e o poder da força, e dizendo, todos os dias, as verdades que precisam ser ditas.

Sabemos porque, Srs. Deputados, não temos sido simpáticos a alguns órgãos de imprensa deste Estado, e eles também sabem porque não são simpáticos a nós, como Deputado desta Casa.

E não será o poder da força, nem a força do poder que haverá de nos acovardar, que haverá de nos reprimir, que haverá de fazer que não enfrentemos nossos objetivos, ou seja, defender o povo que está esquecido, defender o direito que está ofuscado, defender a liberdade que está ferida, defender a honra da vida pública que está maculada.

Pensamos trazer a esta tribuna, nestes dois anos, denúncias contra prefeitos corruptos, pertencentes ao partido do Governo; cansamos de fazer denúncias, daqui, contra Secretários que não cumprem o seu dever, mas também denunciaremos muitas vezes Secretários de Estado, mas consamos de ver da qui denúncias contra erros do governo, como se fôssemos acordar o governo do sono latente para a realidade do Paraná, e o sono eterno como também daqui denunciaremos.

Entretanto, poucas vezes vimos nas páginas dos grandes jornais de circulação desta Capital, a denúncia que não tem outro motivo, a não ser encarar os fatos e acontecimentos,

senão abrir o caminho para que haja administração condizente com a dignidade e o respeito à coisa pública que pertence ao povo, que pertence ao Estado.

Muitas vezes vimos daqui alguns Deputados a soletrar aquilo que escreveram para que eles lessem, a favor do governo, e vimos estampado na primeira página dos jornais, destacando o nome desse Deputado que pertence à ala do governo, porque é governista e não está ao lado do povo.

Isso é revoltante, porque nós entendemos que país é povo e governo para ser governo tem que estar ao lado do povo.

E imprensa é manancial supremo da palavra do sopro divino, do Verbo criado pela vontade de Deus.

A imprensa é o pão da alma, é a expressão da verdade que todos querem ler, é o sentimento da vontade que todos querem sentir, é o espalhar da grandiosidade e cultura de uma gente que não se pode mais permitir que se distorça a notícia, no sentido de satisfazer talvez o pagamento de alguma imprensa que recebe dinheiro do povo através de seu procurador que é o Governo do Estado.

O povo não pode mais permanecer castrado nesta sistemática de decisão que não tem outras raízes senão as econômicas.

O povo não pode mais ser vilipendiado com a falta de dignidade, principalmente daqueles que esperam, acima de tudo, a representação popular.

Se não querem dar notícias de meus pronunciamentos prolixos que não dão, mas imprensa nenhuma distorça: pronunciamentos, porque não estou aqui pela nomeação, por parte de um Poder, mas pela escolha de um povo livre.

Aqui estou pela vontade do povo, pela contagem de votos do povo.

E somente com o povo tenho compromissos.

Não queremos estabelecer ameaças contra quem quer que seja.

Queremos apenas dizer em voz alta e bom som, que com ou sem imprensa haveremos de sobreviver, porque aceitamos a justiça como parte fundamental da própria verdade, que tem de ser incontestável.

Aquilo que fazemos aqui, se o povo do Paraná não souber, os Anais da Casa registrarão para a eternidade; aquilo que fizemos aqui sem o povo saber, porque ficará fechado entre 4 paredes a nossa consciência haverá de saber e até a última de nossas gerações, porque sabemos conscientemente que estamos cumprindo nosso dever, e não queremos ter que esclarecer desta tribuna que nos levaram a fazer pronunciamentos como este.

Só pedimos à honrosa e digna imprensa do Paraná, que não seja, pelo amor de Deus, conivente com fatos que ferem a dignidade e a honra do povo culto e inteligente e, acima de tudo, espiritualista deste Estado, esta Unidade federativa, que honra e dignifica o poder econômico e a cultura desta Nação.

Quero ver em meu Estado florir a dignidade e o respeito principalmente por parte daqueles que representam a pessoa humana neste Parlamento, não como nomeados como é o caso dos Governos dos Estados, mas como constituídos pela vontade, pelo voto do povo, pelo voto popular.

Muito obrigado, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Sampaio) — Restam dez minutos para o encerramento do expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Recebemos, por intermédio do eminente jornalista Garcia Redondo, que honra a nossa imprensa, a Edição n. 1 da Revista "Três Poderes".

Verificamos o seu conteúdo e concluímos que a mesma

vem preencher uma lacuna existente na área da comunicação.

Seus artigos atualizados e bem postos podem proporcionar ao leitor uma visão do que acontece nos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, notadamente do nosso Estado.

Gostaríamos de ler o Editorial da primeira edição, que contém uma nota explicativa do sentido da Revista.

(Lendo): “Estamos apresentando a nossa primeira Edição da revista Três Poderes órgão de divulgação tri-mensal que trata de relevantes problemas do Paraná, procurando servir, modestamente, mas, da melhor forma possível este valoroso povo, de tão ricas tradições e tão gloriosas lutas e conquistas.

Retratamos aqui aspectos da vida político-social e administrativa deste torrão, registrando, entre outros fatos, a quinta visita do Presidente Ernesto Geisel ao Paraná e, notadamente, a sua presença no município de Mal. Cândido Rondon, quando presidiu as solenidades de entrega de 3.000 títulos de terra aos posseiros e lavradores daquela fértil e próspera região paranaense.

Focalizamos, também o importante acontecimento que foi a inauguração da Usina Hidrelétrica de Salto Osório, com um potencial energético de mais 1.000.000 de kw.— Um salto à frente com botas de sete léguas - rumo ao progresso e ao desenvolvimento da abençoada terra paranaense.

O primeiro ano de Governo do destacado homem público, o fazendeiro e industrial, empresário e pecuarista, Jayme Canet Júnior, é objeto de ampla reportagem, devidamente ilustrada, na qual destacamos também a atividade do seu secretariado, com dados biográficos de cada um dos seus auxiliares mais diretos, componentes de uma equipe de trabalho homogênea, dinâmica e imbuída do mais elevado espírito público.

Também os Poderes Legislativo e Judiciário encontram a melhor e mais carinhosa acolhida em nossas páginas, certos de que, prestigiando as autoridades constituídas - e com um certo destaque, a nossa Casa de Leis, estamos contribuindo para o aprimoramento da causa democrática, em terras do Paraná.

Conhecemos, perfeitamente, as nossas deficiências e naturais limitações, mas, estamos apenas começando - e com o mais salutar propósito de fazer da revista Três Poderes, um veículo de informações úteis e verdadeiras, sem mantermos, contudo a veleidade de sermos os donos da VERDADE.

Pedimos escusas aos nossos leitores, amigos e anunciantes, pelas falhas que possivelmente ocorrerão - bem como, pela demora na apreseção do nosso número primeiro, já que, fatores adversos à nossa vontade ocasionaram este atraso.

Desejamos, ao finalizar, expressar a nossa crença no futuro glorioso do Paraná e nos esplêndidos destinos que estão reservados a este povo bom, ordeiro, trabalhador e, tradicionalmente hospitaleiro”.

Registrando, Sr. Presidente, nos Anais da Casa este Editorial, queremos endereçar à Mesa o seguinte requerimento:

(Lê):

”Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, requerem após ouvido o Plenário, a inserção na Ata dos trabalhos de hoje desta Casa, um voto de congratulações à Ditora Revista Três Poderes S/C Ltda., pelo recente lançamento da excelente Revista Três Poderes.

Requer ainda, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa ao Diretor Presidente, Jaime Alves de Oliveira e ao Secretário de Redação, José Garcia Redondo.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1976.

(aa) Ezequias Losso, Dácio Leonel”.

O Sr. Ivo Thomazoni — V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento).

Apenas para cumprimentar V. Exa. pela iniciativa de propor, em nome deste Poder, um voto de congratulações

ao eminente e dedicado jornalista e radialista, Garcia Redondo pelo esforço desenvolvido por ele e por uma equipe de jornalistas que culminou com a edição do primeiro número da revista “OS TRÊS PODERES”.

Nós todos sabemos com quanto sacrifício esta equipe montou este trabalho que é digno de todos os elogios, porque ele insere artigos os mais sérios que bem retratam o procedimento dos três poderes constituídos do nosso Estado, o Executivo, do Tribunal de Justiça e do Legislativo.

Quer me parecer que, pela primeira vez o Legislativo do nosso Estado obteve um trabalho de fôlego, um trabalho todo especial.

Os cumprimentos que V. Exa. endereça à equipe da revista “OS TRES PODERES” representada nesta Casa pela figura simpática e sempre jovial do extraordinário radialista e jornalista Garcia Redondo, bem diz da nossa satisfação em podermos nos associar aos votos que V. Exa. apresenta.

Muito obrigado.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Agradeço o aparte de V. Exa. que vem enriquecer o nosso pronunciamento.

Era só, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Sampaio) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado João Cioni Neto, devidamente apoiado, constante do expediente.— Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

O SR. LÚCIO MACHADO (Pela Ordem) Solicito que se proceda a chamada nominal, porque me parece que não há quorum.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Sampaio) Defiro e peço ao Sr. Secretário que proceda a chamada nominal.

É PROCEDIDA A CHAMADA NOMINAL

Responderam a chamada nominal 33 Srs. Deputados.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 50/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 34/76, que aprova o Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Pitanga, objetivando a execução de reparos onde funcionam Grupos e Colégios que especifica e Delegacia Regional de Polícia Civil, na sede do referido Município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 51/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 40/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o Município de Querência do Norte, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Gilberto Conceição Borsatto e Delegacia e Cadeia Pública Municipal, na sede do referido Município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 19/76, oriundo da mensagem 41/76, do Poder Executivo, objetivando reconhecer a estabilidade prevista no parágrafo segundo do Art.º 177, da Constituição Federal de 1967, aos professores que em 15 de março de 1967, contavam com mais de 5 anos de exercício nas respectivas funções. Pareceres favoráveis da CCJ., por maioria de

votos, da C.F., C/ SUBSTITUTIVO GERAL, por unanimidade e da C.R.H., apoiando por unanimidade, o SUBSTITUTIVO GERAL da C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado pelo Substitutivo Geral.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 52/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 42/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Rio Bom, objetivando execução de reparos no prédio onde funcionam o Ginásio Estadual e o Posto de Saúde, no referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 53/76, e autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 43/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Rondonm objetivando execução de reparos onde funcionam o Grupo Escolar Castro Alves, Delegacia de Polícia e o Ginásio Almirante Barroso, da sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 43/76, de autoria do Deputado João Cioni Neto, que autoriza o Poder Executivo a permutar área de terras em Umuarama. Pareceres favoráveis da CCJ., C.F. e C.T.I.C., por unanimidade.— **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 43/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a permutar com a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, mantidas as finalidades da escritura de doação 13.475, do Livro 3-M., do Registro de Imóveis do primeiro ofício da Comarca de Umuarama, as Datas números 1, 2 e 3 da quadra número 9-zona-1 de Umuarama, pela quadra 37/3 da zona 1 de Umuarama.

Art. 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1976.

(a) JOÃO CIONI NETO

JUSTIFICATIVA:

A doação anterior feita pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, ao Estado, Datas 1, 2 e 3 da Quadra 9-Zona-1 de Umuarama, não comporta o projeto realizado para a construção do Centro de Saúde, daquele Município.

Conforme expediente encaminhado pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná ao Sr. Engenheiro Chefe do quarto distrito de edificações do D.E.O.E., anexo ao presente, houve aquiescência da mesma para a permuta que ora propomos, e que virá por certo atender aos interesses do Estado e muito mais aos da comunidade de Umuarama, que, assim, em breve espaço de tempo, verá construído o seu Centro de Saúde.

Estas as razões do presente plano de lei que ora apresentamos, e que, por certo, contará com o apoio e aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI NÚMERO 43/76

De autoria do nobre Deputado João Cioni Neto, o presente Projeto de Lei 43/76, visa autorizar o Poder Executivo a permutar área de terras na Cidade de Umuarama, visando propiciar a construção do Centro de Saúde daquela cidade.

Analisando-se o Projeto, bem como a justificativa que

o acompanha, vemos que o mesmo visa atender aos interesses da Coletividade de Umuarama, nada constando, quer constitucionalmente, quer juridicamente, que obstem a sua aprovação.

Assim sendo, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de maio de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Gilberto Carvalho, Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 43/76

O presente Projeto de Lei 43/76, de autoria do ilustre Deputado JOÃO CIONI NETO, atende às prerrogativas da Lei e ainda, aos apelos da Comunidade de Umuarama, visando dotar aquela Comuna de um Centro de Saúde tão carente à cidade e à Região.

Somos, portanto pela APROVAÇÃO do presente Projeto.

Sala das Comissões, em 17 de maio de 1976.

(aa) Quielse Crisóstomo, Presidente; Luiz Carlos Zuk, Relator.

COMISSÃO DE TERRAS,

IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 43/76.

De autoria do nobre Deputado João Cioni Neto o presente Projeto de Lei visa autorizar o Poder Executivo a permutar com a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, as Datas de terras que especifica na cidade de Umuarama.

Sobre a constitucionalidade do Projeto, há houve o pronunciamento da Douta Comissão de Constituição e Justiça, a qual, analisando a documentação e a justificativa apresentada, opinou favoravelmente.

No âmbito desta Comissão de Terras, Imigração e Colonização, temos que o objetivo alegado na justificativa apresentada pelo seu autor, nos convence da oportunidade do Projeto, bem como de que o mesmo irá atender aos interesses da Comunidade de Umuarama, a qual verá com a permuta preconizada, construído o Centro de Saúde local.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de maio de 1976.

(aa) Egon Pudell, Presidente; Domício Scaramella, Relator.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 48/76, de autoria do Deputado Luiz Roberto Soares, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância Luciano Stencil. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 48/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância Luciano Stencil", com sedd na cidade de São Mateus do Sul.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em / /.

(a) LUIZ ROBERTO SOARES.

JUSTIFICATIVA:

Como provam os documentos em anexo, a entidade que pretendo com este Projeto de Lei, declarar de utilidade pública, atende os requisitos da Lei reguladora da matéria.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 48/76

A iniciativa em tela, de autoria do eminente Deputado Luiz Roberto Soares, objetiva declarar de utilidade pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância Luciano Stencil", com sede na cidade de São Mateus do Sul.

Proposto na conformidade do que dispõe as normas que disciplina a matéria, se encontram, ainda, no bojo do processo o Estatuto da Entidade e o atestado de sua existência e normal funcionamento.

Diante do atendimento aos dispositivos legais e do mérito de que se reveste o Projeto, pelos relevantes serviços que presta à comunidade a Associação, somos pela tramitação regimental da matéria, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03 de junho de 1976.

aa) Accioly Neto, Presidente; Enéas Faria, Relator.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 49/76, de autoria do Deputado Fuad Nacli, que declara de utilidade pública a Congregação dos Padres Missionários de Nossa Senhora Consoladora, da cidade de Cascavel. Parecer **favorável** da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado**.

PROJETO DE LEI Nº 49/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de Utilidade Pública a CONGREGAÇÃO DOS PADRES MISSIONÁRIOS DE NOSSA SENHORA CONSOLADORA, da cidade de Cascavel.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1976.

(a) FUAD NACLI

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública vem prestando relevantes e inestimáveis serviços à comunidade de Cascavel.

O reconhecimento dos poderes municipais já foi comprovado através da Lei Municipal número 1099 de 11/09/74.

A documentação que anexamos ao presente, comprovam as finalidades de suas atividades, bem como o preenchimento dos requisitos legais exigidos pela legislação federal e estadual vigente.

Nestas condições, é que apresentamos o presente Projeto de Lei que esperamos contar com o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 49/76

O Projeto de Lei 49/76, de autoria do nobre Deputado Fuad Nacli, tem por objetivo declarar de utilidade pública a "Congregação dos Padres Missionários de Nossa Senhora Consoladora", da cidade de Cascavel.

O projeto está justificado e a documentação que o acompanha demonstra que a entidade se acha revestida dos requisitos essenciais exigidos pela Legislação Federal e Estadual, reguladora da matéria.

Nestas condições, nosso parecer é favorável ao projeto de Lei 49/76, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1976.
aa) Accioly Neto, Presidente; Adalberto Daros, relator.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 51/76, de autoria do Deputado Jayme Carvalho, que declara de utilidade pública a Tenda de Umbanda Pai José, com sede e foro nesta Capital. Parecer **favorável** da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado**.

PROJETO DE LEI Nº 51/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a "TENDA DE UMBANDA PAI JOSÉ", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

(a) JAYME RODRIGUES CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública se encontra de acordo com as normas reguladoras do instituto da declaração de utilidade pública.

A mesma se encontra devidamente registrada e a documentação que anexamos ao presente comprovam as finalidades das suas atividades.

Com isso, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 51/76

I — O presente plano de Lei, de autoria do nobre Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, objetiva declarar de utilidade pública a TENDA DE UMBANDA PAI JOSÉ, com sede e foro nesta Capital.

II — Examinando a documentação que acompanha o Projeto de Lei, pudemos constatar que o mesmo tem plenas condições de ser aprovado por esta Casa de Leis, senão vejamos:

a) — está registrada no Cartório das Pessoas Jurídicas, competentes;

b) — vem funcionando regularmente há mais de 1 ano;

c) — seus membros da Diretoria não percebem qualquer remuneração ou auxílio.

III — Assim sendo, opinamos pela aprovação da iniciativa em exame.

aa) Accioly Neto, Presidente; Ivan Rüppel, Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 55/76, de autoria do Deputado Basílio Zanusso, que declara de utilidade pública a Associação de Senhoras de Rotarianos — Casa da Amizade de Nova Esperança, com sede e foro na mesma cidade. Parecer **favorável** da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado**.

PROJETO DE LEI Nº 55/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE SENHORAS DE ROTARIANOS — CASA DA AMIZADE DE NOVA ESPERANÇA, com sede e foro na cidade de Nova Esperança.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 55/76

De autoria do nobre Deputado Basílio Zanusso, objetiva o presente Projeto de Lei declarar de utilidade pública a "Associação de Senhoras de Rotarianos — Casa da Amizade de Nova Esperança".

Sem dúvida, a entidade acima presta relevantes serviços à comunidade de Nova Esperança, o que se verifica pelos seus Estatutos anexos. Os membros de sua Diretoria não recebem qualquer remuneração, estando preenchidos todos os requisitos exigidos pela Legislação Federal e Estadual, reguladora da matéria.

Nestas condições, nosso parecer é pela aprovação, do Projeto de Lei em tela.

Sala das Comissões, em 26 de maio de 1976.

aa) Accioly Neto, Presidente; Lineu Turra, Relator.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 56/76, de autoria do Deputado Enéas Faria, que declara de utilidade pública estadual o Montepio Cooperativista do Brasil, com sede na cidade de Porto Alegre — RS. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 56/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública estadual o
MONTEPIO COOPERATIVISTA DO BRASIL.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1976.

(a) ENÉAS FARIA

JUSTIFICATIVA:

A iniciativa pretende a declaração de utilidade pública ao Montepio Cooperativista do Brasil. A entidade presta serviços e realiza atividades que a enquadram nos requisitos exigidos pelas normas que regem a matéria.

Em anexo, declaração de funcionamento ininterrupto, certidão de Registro de Pessoa Jurídica e, devidamente autenticado, o seu Estatuto.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 56/76

I — O presente projeto de lei de autoria do ilustre Deputado Enéas Faria, visa declarar de utilidade pública o Montepio Cooperativista do Brasil, com sede na cidade de Porto Alegre—RS.

II — A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública se encontra perfeitamente enquadrada nas exigências da Lei 91, de 28/08/35, Decreto Federal número 50.516, de 02/05/61, e da Lei Estadual número 4.399, de 17/08/61, que disciplinam a matéria.

III) Em assim sendo, não encontramos quaisquer empecilho de ordem legal ou constitucional, que possa obstar a sua livre tramitação nesta Casa de Leis, e nosso parecer é, portanto, pela sua **APROVAÇÃO.**

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1976.

aa) Accioly Neto, Presidente; Ivan Rüppel, Relator.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 57/76, de autoria do Deputado Ivo Thomazoni, que denomina de Instituto de Polícia Técnica "Jose Merhy", o Instituto de Polícia Técnica da Secretaria de Segurança Pública. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. —

PROJETO DE LEI Nº 57/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1º — Passa a denominar-se INSTITUTO DE POLÍCIA TÉCNICA "JOSÉ MERHY", o Instituto de Polícia Técnica da Secretaria de Segurança Pública.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 1976.

(a) IVO THOMAZONI

JUSTIFICAÇÃO:

O Governo do Estado acaba de concluir e inaugurar o novo prédio do Instituto de Polícia Técnica, dotando-o com essa magnífica obra, de instalações excelentes, adequadas às suas finalidades e compatíveis com a sua importância, das quais carecia, de há muito, para poder desenvolver plenamente as suas atividades técnico-científicas.

É, sem dúvida, motivo de regozijo para o Governo e povo paranaense. E quando, nesse justificado clima de euforia, são lembrados, para a admiração e o respeito do povo da nossa terra, os nomes de todos quantos prestaram assinalados serviços ao Instituto de Polícia Técnica, contribuindo para torná-lo um departamento dos mais conceituados do país, não se pode deixar de ressaltar, entre tantas personalidades, a figura do ilustre e saudoso Dr. José Merhy, que, como Cefe de Polícia, lutou, incansavelmente, para consolidar a feliz iniciativa, "numa época — como acentua o brilhante jornalista Pinheiro Jr. — em que a atuação da polícia científica, ainda inexpressiva por força das circunstâncias, ameaçavam enterrá-la sob o descrédito geral".

Justo, portanto, que se homenageie a sua memória, designando-se com o seu respeitável nome, o novo Instituto de Polícia Técnica, que é o que se pretende com este plano de lei.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 57/76

De autoria do nobre Deputado Ivo Thomazoni, visa o presente Projeto de Lei, denominar de "Instituto de Polícia Técnica "JOSÉ MERHY" — o atual Instituto de Polícia Técnica da Secretaria de Segurança Pública.

O projeto está plenamente justificado e as intenções do seu autor são das mais louváveis, visto que se pretende homenagear a figura de um cidadão ilustre, que quando exercendo as altas funções de Chefe de Polícia do Estado, demonstrou grande capacidade administrativa, impulsionando aquele órgão nas suas atividades técnico-científicas. Com a conclusão das novas instalações do Instituto de Polícia Técnica, dotada de modernas técnicas, muito se falou no trabalho que José Merhy desenvolveu visando sua concretização. Com isso, queremos nos solidarizar com a homenagem que se pretende oferecer, manifestando-nos **FAVORAVELMENTE** ao Projeto de Lei número 57/76, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de maio de 1976.

(a) Accioly Neto, Presidente e Relator.

O SR. PRESIDENTE — (Gabriel Sampaio) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Manoel Pedro dos Santos Lima. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Aspermont Osmar Colleone, ocorrido na cidade de São Paulo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Mesias, constante do expediente, solicitando seja apreciado em regime de urgência, o Projeto de Lei número 62/76. — Em discussão. — Encerrada a discussão. — Em votação.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE — (Gabriel Sampaio). Com a palavra o Sr. Deputado Accioly Neto.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Vem se constituindo prática não muito saudável, nesta Casa, a apresentação de requerimento de urgência em ato contínuo à apresentação de um projeto de lei. É bem verdade que o Regimento Interno contém normas que regulam o instituto do regime de urgência. Mas, é evidente, que o legislador, ao criar o instituto do regime de urgência, objetiva, não uma tramitação célere mas, fazer com que a tramitação do projeto não ficasse obstada, até por questões particulares. Não se destina, portanto, o regime de urgência a se tornar uma ação coatora a do próprio legislativo, isto é, apresenta-se o projeto e, simultaneamente, o regime de urgência. Dever-se-ia, desde logo, da forma que as coisas estão sendo postas nesta Casa, fazer constar um artigo dentro do próprio projeto de lei, requerendo regime de urgência de sua tramitação, dispensando todas as formalidades legais, inclusive, votação no Plenário.

Este projeto a que se pede urgência, foi apresentado há menos de duas semanas; não regula ele, nenhuma matéria de urgência, especificamente. Pelo contrário. E, além disto, é um tema profundamente controvertido, não só no seu aspecto interno, no que respeita à modificação em norma jurídica, vindo a alterar, inclusive, a própria arrecadação do Estado, como, também, no seu aspecto externo, pois pretende regular uma situação que, na verdade, não está contida em disposição legal estadual mas, vinculada à norma federal, qual seja, a de que na movimentação interna dos brasileiros deve ser controlada, por um órgão de segurança específico, no caso, o Departamento de Ordem Política e Social.

Pretende-se tratar da matéria desta ordem e que envolve uma responsabilidade séria e grave desta Casa. Sem um exame mais acurado e propondo, data vênica, parece-me não só atrevimento mas, até, licenciosidade, que se pretende a tramitação a toque de caixa.

Quero inclusive, comunicar a V. Exa., Srs. Deputados que este projeto, antes de receber o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, será baixada em diligência à Secretaria de Segurança Pública, para que ela se pronuncie sobre a sua oportunidade e, também, sobre sua legalidade.

Nestas condições, eu apelo aos Srs. Deputados para que votem contra.

Era só, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Gabriel Sampaio). Continua em votação. — **Rejeitado.**

Expediente firmado pelo Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, indicando os nomes dos Srs. Deputados Lázaro Dumont, Luiz Roberto Soares e Fuad Nacli, para representarem a Bancada da ARENA, oficialmente, no Simpósio de Política Rural, sob o tema "O Homem e o Campo", a realizar-se em Brasília. — **Deferido.** — Ao Departamento Legislativo - Divisão das Comissões para anotar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que seja determinada a conservação periódica da estrada que liga Palotina a Terra Roxa. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, em forma de apelo no sentido de que se construa a via de acesso entre a cidade de Miraselva e a Rodovia João Lunardeli. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando seja oficiado à Diretoria do Banco do Estado do Paraná S/A., apelando para que se instale uma agência do referido estabelecimento de crédito no município de Florestópolis. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando voto de louvor à ACARPA, pela realização do 1º Encontro Estadual de Produtores de Frutas e Hortaliças. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do inteiro teor do pronunciamento feito pelo Sr. Deputado Federal Norton Macedo, na Câmara Federal e publicado na "Gazeta do Povo". — **Aprovado.** (O pronunciamento acha-se publicado no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor Presidente da TELEPAR, no sentido de ser estudada a viabilidade de instalação de telefones na localidade de Papagaios Novos, município de Palmeira. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Saúde e Bem-Estar Social, no sentido de encarecer a necessidade de instalação de um posto de saúde, bem como a designação de médico, para atendimento semanal, na localidade de Papagaios Novos, município de Palmeira. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao Sr. Secretário de Estado do Interior, referente ao atendimento de novas ligações da rede de água na cidade de Jandaia do Sul. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Cioni Netto, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário das Finanças, no sentido de que seja determinada a ampliação da Agência de Rendas do município de Umuarama. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Ezequias Losso e Dácio Leonel, lido da tribuna, solicitando voto de congratulações à Editora Revista Três Poderes S/C Ltda., pelo recente lançamento da Revista "Três Poderes". — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que determine estudos de viabilidade econômica e, sobretudo de viabilidade social, ou imediata ordem de serviço para o alargamento das Fortuna, localizada no município de Altônia e Picadão, localizada no município de Terra Roxa. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — (Gabriel Sampaio). Eu gostaria de comunicar aos Srs. Deputados que, logo mais, às 16,00 horas, na Sala das Comissões, estará presente o Dr. Ascânio Miró Medeiros, Diretor do Detran, que em reunião com a Comissão Especial de Trânsito, irá proferir uma palestra.

Concedo a palavra para explicações pessoais ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Gabriel Sampaio). Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 18, sexta-feira, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução nºs 44/76, 79/76, 98/76 e de Lei nºs 103/75, 25/76, 33/76, 37/76 e 45/76. Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO WERNER WANDERER, EM SESSÃO REALIZADA NO DIA 16 DE JUNHO DE 1976.

Pronunciamento de Norton vê estatização e nacionalização.

"Na vida nacional, da administração, na economia, há certos momentos, há certas teses, há certos compromissos que não comportam, se vividos, defendidos ou assumidos racionalmente, a divisão entre siglas partidárias.

O país assiste agora a um debate econômico que, até pelos vícios e pela suspeição da origem, em nada se adapta à realidade brasileira.

Na verdade, os discursos do Parlamento, os espaços da imprensa, as confabulações de determinados bastidores, colocam mal um problema que deveria e deve ser debatido com seriedade maior.

Não se trata, a não ser por artificialismos suspeitos, de opor privatização e estatização.

Os polos antagônicos, no momento histórico do Brasil de hoje, são nacionalização versus alienação. A bandeira que se deve levantar é a do nacionalismo, é a da defesa nacional das riquezas e do futuro do país, contrapondo-se ao ameaçador e crescente controle alienígena sobre essas riquezas e esse futuro.

Dados levantados pelo próprio Governo, através de seus órgãos de pesquisa, mostram que em 1972, de 318 grandes empresas industriais (transformação e produção mineral) 40% do ativo fixo, 40% do patrimônio líquido e 55% do faturamento cabiam a empresas estrangeiras. E estas controlavam majoritariamente alguns dos setores mais dinâmicos da economia, incluindo fumo, material de transporte, produtos farmacêuticos, aparelhos elétricos e de comunicações, mecânica, plásticos, borracha, minerais não metálicos, alimentos e química.

E o Estado? As empresas estatais cabia apenas 35% do ativo fixo e do patrimônio líquido, e 21% do faturamento. E controlavam majoritariamente apenas três setores: mineração, metalurgia e petróleo e derivados. Leia-se basicamente Vale do Rio Doce, Siderúrgica Nacional e Petrobrás.

Dados extraídos do "Quem é Quem na Economia Brasileira", da revista Visão, e elaborados pelo Prof. Dêrcio Munhoz, que os publicou recentemente, mostram que, ainda que no faturamento total das 200 maiores empresas, as estatais correspondam (em 1974) a 35%, se excluirmos os serviços públicos esse percentual cai para 27%, e se excluirmos ainda a Petrobrás — a nenhum defensor da privatização ousou ainda propor o rompimento do monopólio estatal do petróleo — esse percentual reduz-se para apenas 10%.

Ao mesmo tempo, as empresas estrangeiras representam, nesse último critério, 58% do faturamento.

Em resumo: excluída a Petrobrás e as empresas de serviços públicos, o quadro é o seguinte: Empresas estrangeiras — 58%; Empresas governamentais — 10%.

Empresas privadas nacionais — 32%.

Por que então, Senhor Presidente, Senhores Deputados, em nome de que lógica, quem controla 32% se assusta e se apavora com quem tem 10%, e nem se preocupa, com os que tem 58%. Mesmo admitindo-se o absurdo de privatizar a produção de aço e a mineração e exportação de ferro, a empresa privada nacional continuaria minoritária. Minoritária em seu próprio país. Brasileiros em minoria no controle direto da economia brasileira. Isso é que é grave. Esse é que deveria ser o centro do debate econômico atual.

Não se trata de saber porque empresários nacionais não podem expandir a siderurgia ao nível requerido pela expansão da economia brasileira, ou não podem arcar com os ônus de

investir nas grandes centrais elétricas que o país precisa, ou não tem condições de cobrir o Brasil de micro-ondas e de serviços telefônicos adequados.

São óbvias as razões e as respostas para essa constatação. O Senador Roberto Saturnino Braga, em recentes manifestações, repassadas por sua marcante seriedade política e intelectual, caracterizou muito bem o problema em termos de tendência moderna à grande empresa e as deficiências de escala na acumulação do empresariado nacional para alcançar os montantes de inversão requeridos.

Lembrou com acerto o Senador pelo Estado do Rio de Janeiro as áreas destinadas à grande empresa:

"1) os chamados serviços de infra-estrutura (transporte, energia, telecomunicações);

2) a produção de matérias primas fundamentais (petróleo, mineração pesada, aço, não ferrosos, química básica, fertilizantes, celulose); 3) a produção de bens de capital ou equipamentos básicos; 4) a comercialização no mercado internacional; 5) os bancos de fomento.

Esses os setores cujo desenvolvimento exige enormes concentrações de capital e de tecnologia, além de quase sempre demandarem grandes prazos para a maturação dos investimentos. Ademais, é inteiramente desejável que nesses setores a rentabilidade das empresas seja relativamente baixa, para benefícios de todos os demais segmentos da economia. Eis já uma razão forte para a preferência pela iniciativa estatal nesse campo. Outra razão seria a que decorre do problema do controle político sobre a grande empresa, que preocupa todos os países capitalistas do mundo de hoje. É impossível para o poder público apreciar e influir sobre os planos, os projetos e as contas das empresas governamentais; essa ingerência jamais seria aceita pela iniciativa privada".

E continuou o Senador fluminense:

"Nesses setores que referi, ocorreu a chamada estatização no Brasil. Ocorreu apenas em parte, pragmaticamente, sem nenhuma fundamentação ideológica. Acho que essa estatização deve prosseguir conservando apenas o que há de iniciativa privada brasileira nessa área, mas conquistando os segmentos tomados pelo capital estrangeiro e ocupando as partes dessa base econômica que ainda estão por construir. Nos demais setores, sempre que for possível a existência e o florescimento da pequena e da média empresa, e da liberdade de iniciativa por conseguinte, todos seremos em princípio contra, a estatização.

No campo da grande empresa, não há alternativa senão dentro da opção: Estado ou multinacionais".

Afora aquelas áreas enumeradas, vale a pergunta:

Por que o empresário nacional não domina ramos como o do vestuário, o de produtos alimentícios, o farmacêutico, o do fumo, só para citar alguns onde um dia dominou, e onde não houve nenhum avanço tecnológico tão significativo que explique sequer a presença, quanto mais o domínio da empresa estrangeira?

Que esperam os empresários nacionais para se insurgir contra isso? Onde anda o espírito dos Mauás, dos Rebouças, dos Simonsens? Será que os que atacam a empresa estatal esperam que a empresa estrangeira venha a subsidiá-los; venha a arcar com "deficits" operacionais, como algumas empresas estatais muitas vezes fizeram para não elevar os preços de seus serviços e bens, ou venham a conceder-lhes empréstimos, a juros reais negativos, como fizeram e fazem os bancos estatais de fomento?

Planos e propostas para desestatizar, andam aparecendo fartamente nos últimos tempos.

Pede-se que o Governo aliene o patrimônio da nação, o patrimônio de todos nós, em benefício deste ou daquele grupo, através de esquemas que se traduzem numa doação parcial do que é de todos. Por que não usar toda essa engenhosidade em planos para que o governo financie a compra de empresas

por parte de empresários nacionais? Por que não traçar esquemas para a defesa do controle nacional, brasileiro, dos setores estratégicos da economia brasileira? Será que os agricultores, os empresários agrícolas, ficariam em melhor situação se os fosfatos de Patos de Minas ficassem sob o controle de algum grupo estrangeiro? De que valeu a experiência desastrosa de Sergipe, encerrada por mais um ato de coragem do Presidente Ernesto Geisel?

Estas e outras indagações pertinentes, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é que deveriam orientar os debates que se travam, dentro das linhas já traçadas, pelo próprio Governo Federal, cujo interesse e esforço no sentido do fortalecimento da empresa nacional é patente, sério e visível aos olhos de todos que se situam acima das paixões.

Estes os registros que desejava fazer. Não podemos nem devemos lutar contra moinhos de vento, por mais românticas que tenham sido as lutas de Quixote. Nossos inimigos são reais, estão mais próximos e representam maior ameaça. E a primeira denúncia contra eles partiu exatamente de quem tinha e tem a maior autoridade para fazê-las: o Presidente Ernesto Geisel.

A grande preocupação brasileira, Senhor Presidente, Senhores Deputados, deve ser a consolidação da empresa nacional, estatal quando necessário, privada quando condições existirem, mas sempre a empresa nacional contra o avanço das multinacionais e de seus tentáculos, estes sim perigosos para o nosso desenvolvimento como nação livre, progressista e soberana e para a vocação nacionalista de nossa gente."

DECRETO LEGISLATIVOS:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 462/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3034, de 22 de abril de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º, da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de JOEL DA SILVA NATAL, matrícula número 341, ocupante do cargo de nível PL "18", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1975, que deixou de gozar;

II — mandar, incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 248, da citada Lei número 7164, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo quinquênio, compreendido entre 07 de janeiro de 1968 e 07 de fevereiro de 1972, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro quinquênio e das férias relativas aos anos de 1968, quinze (15) dias, e de 1970 e 1971, contadas em dobro; e,

III — conceder o acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da mesma Lei número 6174, a partir de 07 de fevereiro de 1972, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10/06/76.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA

1º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET

2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 463/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 4382, de 21 de maio de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, a BLUMER BOSQUILIA, matrícula número 414, ocupante do cargo de nível PL "28", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento, sobre seus vencimentos, a partir de 28 de maio de 1976, data em que completou vinte e cinco (25) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte e cinco por cento, de acordo com o Art. 170, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 14/06/76.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 464/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1792, de 17 de março de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

I — retificar o Decreto Legislativo número 307/69, de 10 de junho de 1969, para declarar que o tempo pelo mesmo, de dez (10) meses e dois (02) dias, compreendido entre 13 de janeiro de 1964 e 15 de novembro de 1964, em que LUCIANO ANTÔNIO BITTENCOURT, matrícula número 519, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, prestou serviço militar obrigatório, é contado para todos os efeitos legais, e não como consta naquele ato;

II — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei número 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1975, que deixou de gozar; e,

III — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 248, da citada Lei número 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo quinquênio vencido em 13 de agosto de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 14/06/76.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 465/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 4845, de 02 de junho de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

prover, em comissão, ANIBAL DUMONT, no cargo de símbolo 3-C, de Assessor de Gabinete, com lotação no Gabinete do Deputado JOSÉ LÁZARO DUMONT.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 14/06/76.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

PORTARIA:

PORTARIA Nº 341/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Edital de Tomada de Preços nº 10/76, deste Poder,

R E S O L V E:
designar os funcionários FRANCISCO DRANKA, membro da Comissão de Planejamento de Compras e Tomada de Preços, AMADO ZONATTO e JOSÉ CHECELISKI, para sob a presidência do Senhor JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO, Diretor Geral, comporem Comissão com finalidade de efetuar o levantamento e avaliação das máquinas e equipamentos que servirão como parte do pagamento das novas aquisições, com prazo de quarenta e oito (48) horas.

Gabinete da Diretoria Geral, em 11 de junho de 1976.

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO
Diretor Geral

DECRETOS LEGISLATIVOS

DECRETO LEGISLATIVO Nº 446/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 139, de 08 de janeiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:
mandar retificar a Lista de Enquadramento anexa ao Decreto Legislativo nº 57/64, de 21 de fevereiro de 1964, para fazer constar o nome correto de MADONA SIDILHA DOS SANTOS LOYOLA e não Madona S. S. Loyola, como ali consta.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 07/06/76.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 447/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4657, de 28 de maio de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:
prover, em comissão, CÉLIA DA SILVEIRA TAVARES, no cargo de símbolo 3-C, de Assessor de Gabinete, com lotação no Gabinete do Deputado OTÁSSIO PEREIRA DA SILVA.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 08/06/76.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 448/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4651, de 27 de maio de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:
prover, em comissão, VERÍSSIMA OLIVEIRA DOS SANTOS, no cargo de símbolo 3-C, de Assessor de Gabinete, com lotação no Gabinete do Deputado ROSÁRIO PITELLI.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 08/06/76

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 449/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4754, de 01 de junho de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:
autorizar o pagamento da gratificação, prevista pelo Decreto Estadual nº 6153, de 21 de julho de 1967 e no disposto do Art. 4º, do Decreto Legislativo nº 68/75, de 20 de fevereiro de 1975, aos funcionários abaixo discriminados:

AGAR LEILA DE MENDONÇA GUIMARÃES . . . Taquígrafa
HELENA REGINA STEPHAN . . . Taquígrafa
LEONOR HILGERT MORAES . . . Taquígrafa
MARIA DO ROSÁRIO MARQUES . . . Taquígrafa
GILBERTO FELIX DA SILVA . . . Secretário de Comissão
ILSON ESTEVÃO DE ALMEIDA . . . Advogado.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 08/06/76.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 450/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4053, de 18 de maio de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:
conceder, a LORIS CORDEIRO DE BARROS, matrícula 128, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, a partir de 18 de fevereiro de 1976, data em que completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento, de acordo com o Art. 170, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 08/06/76.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 451/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4765, de 01 de junho de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:
prover em comissão, ANTONIO ALVARO TOSI, no cargo de símbolo 3-C, de Assessor de Gabinete, com lotação no Gabinete do Deputado DENI SCHWARTZ.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 08/06/76.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 452/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4661, de 28 de maio de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

prover, em comissão, RIVADALVES VIEIRA BRATTI, no go de símbolo 3-C, de Assessor de Gabinete, com lotação no

Gabinete do Deputado NELSON BUFFARA.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 08/06/76.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 453/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4403, de 24 de maio de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

prover, em comissão, PRIMO MANFRINATO, no cargo de símbolo 3-C, de Assessor de Gabinete, com lotação no Gabinete do Deputado HÉLIO MANFRINATO.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 08/06/76.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 454/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4769, de 01 de junho de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

prover, em comissão, RAQUEL CARDOSO BONNET, no cargo de símbolo 3-C, de Assessor de Gabinete, com lotação no Gabinete do Deputado ERNESTO GNOATO.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 08/06/76.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 455/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4460, de 24 de maio de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

prover, em comissão, JUSSARA MARIA POSSATO, no cargo de símbolo 3-C, de Assessor de Gabinete, com lotação no Gabinete do Deputado JURANDIR MESSIAS.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 08/06/76.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 456/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3991, de 14 de maio de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de JOSÉ CARLOS PEREIRA, matrícula n. 180, ocupante do cargo de nível PL "22", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente do dobro das férias relativas ao exercício de

1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 08/06/76.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 457/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4503, de 25 de maio de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

revogar, o Decreto Legislativo nº 375/76, de 21 de maio de 1976, que contou em dobro as férias relativas ao exercício de 1975, a funcionária LÍDIA MUCHINSKI, matrícula n. 487, ocupante do cargo de nível PL "21", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, em virtude de já ter sido contada pelo Decreto Legislativo nº 208/76, de 05 de abril de 1976.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 08/06/76.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 458/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4127, de 17 de maio de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de FAUSTO LUIZ ABRY, matrícula n. 555, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 08/06/76.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 459/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3900, de 12 de maio de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de AMADO ZONATTO, matrícula n. 348, ocupante do cargo de nível PL "22", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 08/06/76.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO
Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA
1º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 460/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4064, de 18 de maio de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º, da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de JOGUIBE MANSUR, matrícula n. 312, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 08/06/76.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 461/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4499, de 25 de maio de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

prover, em comissão, ELOISA DE OLIVEIRA TEIXEIRA, no cargo de símbolo 3-C, de Assessor de Gabinete, com lotação no Gabinete do Deputado DAVID FEDERMANN.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10/06/76.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 462/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3034, de 22 de abril de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

I – mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º, da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de JOEL DA SILVA NATAL, matrícula n. 341, ocupante do cargo de nível PL "18", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1975, que deixou de gozar;

III – mandar, incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 248, da citada Lei nº 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo quinquênio, compreendido entre 07 de janeiro de 1968 e 07 de fevereiro de 1972, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro quinquênio e das férias relativas aos anos de 1968, quinze (15) dias, e de 1970 e 1971, contadas em dobro; e, III – conceder o acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da mesma Lei 6174, a partir de 07 de fevereiro de 1972, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por

cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10/06/76.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

ATAS DAS COMISSÕES:

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DO "PINHEIRÃO"

Aos vinte e seis dias do mês de maio de um mil novecentos e setenta e seis, esteve reunida na Sala das Pequenas Comissões da Assembléia Legislativa do Estado, a Comissão Especial do "Pinheirão", conforme convocação efetuada em reunião anterior. Contando com a participação dos senhores Deputados: Luiz Carlos Zuk, Nilso Sguarezi, Accioly Neto, Jurandir Messias e Adalberto Daros, havendo, portanto, número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, designando o Sr. Secretário para a leitura da Ata anterior, que foi lida e aprovada. Imediatamente o Sr. Presidente apresentou aos presentes o Sr. Haroldo Alberge, Diretor-Financeiro da Federação Paranaense de Futebol, convidado da reunião, conforme o estabelecido na sessão efetuada no dia 19 próximo passado. A seguir o Sr. Presidente passou a palavra ao Sr. Haroldo Alberge que de imediato explicou aos presentes fatos acontecidos na F.P.F., no seu setor, sendo estas declarações datilografadas e apenas a esta Ata. Após o depoimento do convidado, o Sr. Presidente, após agradecer o comparecimento do mesmo, colocou em pauta a convocação de novos convidados à Comissão, ficando estipulado de comum acordo pelos presentes que para os próximos dias 01, 02 e 03 de junho seriam convidados os Senhores Onadir de Mattos, ex-diretor-financeiro da COCEP, Srs. Arno Müller e o Sr. Engenheiro Fiscal da COCEP e o Sr. Diretor da firma CESBE, respectivamente. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião, marcando outra para o dia de amanhã, no mesmo horário e local, eu, Secretário da Comissão, confeccionei a presente Ata, para que surta os efeitos legais, que vai assinada pelo senhor Presidente e por mim.

Sala das Comissões, em 26 de maio de 1976.

(aa) NILSO SGUAREZI – Presidente
Ênio S. Malheiros – Secretário

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DO "PINHEIRÃO"

Aos vinte e sete dias do mês de maio de um mil novecentos e setenta e seis, esteve reunida na Sala das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado, a Comissão Especial do "Pinheirão", conforme convocação efetuada em sessão anterior. Contando com a participação dos Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Accioly Neto, Jorge Sato, Luiz Carlos Zuk e Adalberto Daros, havendo, portanto, número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, designando o Sr. Secretário para leitura da Ata anterior, que foi lida e aprovada. Em seguida, o Sr. Presidente apresentou aos presentes o Sr. Celso da Costa Sabóia, Diretor-Superintendente do Banco do Estado do Paraná, que de imediato ocupou a palavra, expondo todos os detalhes da dívida da Federação Paranaense de Futebol para com o citado estabelecimento bancário e esclareceu, que, para não ferir o sigilo bancário, a documentação aos arquivos da C.E.P., deveriam ser requisitados através da F.P.F., como parte interessada. Todo o depoimento do Sr. Celso Sabóia segue em anexo a esta Ata. Durante os debates foi permitido, pela Presidência, a participação do jornalista Milton Ivan Heller, da Revista Placar, que formulou perguntas ao entrevistado. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente declarou encerrada a sessão e, após agradecer a presença do Sr. Celso Sabóia, marcou nova sessão da C.E.P. para o dia 18 de junho, e, para que surta os efeitos legais, eu, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que vai assinada

pelo Sr. Presidente e por mim.

Sala das Comissões, em 27 de maio de 1976.

(aa) NILSO SQUAREZI — Presidente

Ênio S. Malheiros — Secretário

ATA DA SESSÃO DE INSTALAÇÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA APURAR AS DESPESAS DO GOVERNO DO ESTADO, INCLUSIVE AUTARQUIAS E SOCIEDADES DE ECONOMIAS MISTAS E EMPRESAS PÚBLICAS, COM DIVULGAÇÃO E PUBLICIDADE.

Às dezessete horas do dia vinte de maio de um mil novecentos e setenta e seis, na sala de reuniões das Comissões Técnicas do Palácio "Dezenove de Dezembro", e presentes os Senhores Deputados Ivo Thomazoni, Basílio Zanusso, Dácio Leonel de Quadros e Werner Wanderer, indicados pela liderança da ARENA e Deni Lineu Schwartz, Trajano Bastos e Waldenício Barbalho, indicados pela liderança do MDB, instalou-se a Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as despesas do Governo, inclusive autarquias e sociedades de economias mistas e empresas públicas, com divulgação e publicidade. De acordo com o Artigo 40 do Regimento Interno, assume a Presidência o Senhor Deputado Waldenício Barbalho. Usando da palavra, pela ordem, o Deputado Trajano Bastos pergunta se a Comissão adotará para a eleição do Presidente e Relator Geral o mesmo critério que segue a Câmara dos Deputados, qual seja que um dos cargos deve ser preenchido pelo autor do requerimento. A pergunta foi debatida pelos Senhores Deputados Ivo Thomazoni, dizendo que o nosso Regimento Interno não prevê tal critério, ao passo que o Deputado Deni Schwartz diz que em caso de prevalecer tal norma, abrirá mão de qualquer dos cargos em favor do Deputado Waldenício Barbalho e argumenta sobre a necessidade de seguirmos algum critério. Com a palavra pela ordem, o Deputado Basílio Zanusso indica o Deputado Dácio Leonel de Quadros para a Presidência da Comissão. Em seguida procedeu-se a eleição do Vice-Presidente que coube ao Deputado Werner Wanderer pois os Senhores Deputados, indicados pelo MDB, não aceitam o cargo, tendo em vista que não se adota nenhum critério para a eleição. O Senhor Presidente proclama eleitos, o Senhor Deputado Dácio Leonel de Quadros para Presidente da Comissão, para Vice-Presidente o Senhor Deputado Werner Wanderer. O Senhor Presidente, Dácio Leonel de Quadros designa como Relator Geral da Comissão, o Senhor Deputado Ivo Thomazoni e designa ainda o funcionário desta Assembléia Legislativa, senhor Francisco Dranka, para, sem prejuízo de suas atuais funções e atribuições na Comissão de Planejamento de Compras e Tomada de Preços, servir como Secretário Geral desta Comissão. O Senhor Presidente convoca a próxima reunião para o dia 26 próximo, às 9,00 horas para começar os trabalhos da Comissão. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente, após agradecer a honra que lhe foi conferida pelos seus nobres pares, para Presidir esta Comissão Parlamentar de Inquérito, declara encerrada a presente sessão de Instalação, da qual, para constar, eu Francisco Dranka, Secretário, lavrei a presente Ata que vai por mim assinada, pelo Senhor Presidente e demais membros da Comissão.

Sala das Comissões, em 20 de maio de 1976.

(aa) DÁCIO LEONEL DE QUADROS — Presidente

Francisco Dranka — Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA APURAR DESPESAS COM DIVULGAÇÃO E PUBLICIDADE, FEITAS PELO GOVERNO

ATA DA REUNIÃO DO DIA 26 DE MAIO DE 1976

Às nove horas e trinta e cinco minutos do dia 26 de maio de 1976 (um mil novecentos e setenta e seis), na sala de Reuniões das Comissões Técnicas do Palácio "Dezenove de Dezembro", sob a Presidência do Senhor Deputado Dácio Leonel de Quadros, e presentes os Senhores Deputados Ivo Thomazoni, Werner Wanderer, Basílio Zanusso, Deni Lineu Schwartz, Trajano Bastos e Waldenício Barbalho, reuniu-se a Comissão

Parlamentar de Inquérito para apurar as despesas com Divulgação e Publicidade, feitas pelo Governo do Estado. Aberta a reunião, é aprovada a Ata da Sessão anterior sem observações. Em seguida o Senhor Presidente tece considerações sobre as normas que regerão os trabalhos desta Comissão, ressaltando que basicamente será a Lei nº 1.579, a Constituição do Estado e o Regimento Interno e supletivamente o Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Em seguida concede a palavra ao Deputado Deni Lineu Schwartz para expor detalhadamente os motivos da constituição da CPI. O autor do requerimento solicita preliminarmente duas medidas, ou seja que as Atas das Reuniões sejam entregues aos Senhores Deputados com antecedência e a segunda que sejam fornecidas as Notas Taquigráficas das reuniões. O Senhor Presidente defere ambas as medidas. O Senhor Deputado Lineu Schwartz esclarece inicialmente os motivos que levaram sua bancada à constituição da CPI, afirmando que as CPIs são instrumentos do Poder Legislativo e confirma os termos do Requerimento por ele subscrito e pelos demais Senhores Deputados, afirmando que "Existindo na Lei Orçamentária vigente consideráveis recursos para divulgação de atos governamentais e que idênticas especificações constaram de Orçamentos de Governos anteriores, tem se atribuído ao Governo do Estado o fato de ser discricionário na aplicação desses recursos, mencionando como exemplos atuais, os casos surgidos com a imprensa, canais de TV e rádios do Paraná que teriam sido alijados do plano de divulgação do Governo, que pretende assim apurar se as despesas feitas pelo Governo do Estado, de forma direta ou indireta, com a divulgação e publicidade, corresponde às especificações orçamentárias e aos objetivos da administração indireta, que têm sido aplicados sem discricionismo de qualquer natureza". A seguir comenta que o Paraná por longos anos foi manchete nacional, mas lastimavelmente negativa e o mesmo se repetiu no setor de imprensa mais recentemente. O autor é favorável a uma boa divulgação do Paraná e neste setor a CPI poderá ser muito valiosa. Ao finalizar a sua exposição o Senhor Deputado Deni Lineu Schwartz, coloca-se à disposição dos Senhores Deputados para responder perguntas. O Senhor Presidente agradeceu ao Deputado Deni Lineu Schwartz pela explanação e deixa a palavra livre. O Senhor Deputado Ivo Thomazoni com a palavra fala sobre a competência da CPI e solicita subsídios para organizar o Roteiro dos Trabalhos. O Senhor Deputado Ivo Thomazoni afirma que o Governo do Estado está pronto para atender as arguições e solicitações desta CPI. A seguir o Senhor Presidente afirma que o objetivo da reunião de hoje foi atingido e fixa as reuniões ordinárias para todas as quartas-feiras, com início às 9,00 horas, solicitando que o Relator apresente na próxima reunião o Roteiro a ser seguido. O Senhor Ivo Thomazoni comenta que já possui esboço do roteiro e gostaria de ouvir opiniões sobre o período que a CPI ABRANGERÁ PARA INVESTIGAR, e sugere os 10 últimos anos. Recebe na oportunidade aparte do Deputado Trajano Bastos e Waldenício Barbalho que sugerem datas anteriores, quando se adotou a prática de subvencionar a imprensa. A seguir o Deputado Ivo Thomazoni tece comentários sobre determinadas autoridades a serem convocadas para depoimentos, participando ainda do debate os Senhores Deputados Trajano Bastos, Deni Schwartz e o Senhor Presidente. O Senhor Deputado Basílio Zanusso observa que os objetivos da presente reunião foram atingidos e sugere que os Deputados mantenham contacto com o Deputado Ivo Thomazoni sobre a organização do Roteiro. Pela Ordem, o Deputado Trajano Bastos solicita providência para que seja colocada à disposição da Comissão uma Verba, pois haverá necessidade de convocar técnicos para a análise dos balanços respondendo, o Senhor Presidente afirma que determinou providências para que fosse colocada à disposição da Comissão a importância de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil

cruzeiros). Agradece a presença de todos e convoca outra reunião para a próxima quarta-feira, dia 2 de junho, às 9,00 horas, e encerra a presente reunião, da qual, para constar, eu, Francisco Dranka, Secretário, lavrei a presente Ata, que vai por mim assinada, pelo Senhor Presidente e demais Membros da Comissão.

aa) DÁCIO LEONEL DE QUADROS,
IVO THOMAZONI, WERNER WANDERER,
BASÍLIO ZANUSSO, DENI SCHWARTZ,
TRAJANO BASTOS e WALDENÍCIO BARBALHO

CPI – PARA INVESTIGAR AS DESPESAS EFETUADAS PELO GOVERNO DO ESTADO, ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA, COM DIVULGAÇÃO E PUBLICIDADE.

ATA DA REUNIÃO DO DIA 02 DE JUNHO DE 1976.

Às nove horas e cinquenta minutos do dia 02 de junho de hum mil novecentos e setenta e seis, na sala de Reuniões das Comissões Técnicas do Palácio “Dezenove de Dezembro”, sob a Presidência do Senhor Deputado Dácio Leonel de Quadros, e presentes os senhores Deputados Ivo Thomazoni, Werner Wanderer, Basílio Zanusso, Deni Lineu Schwartz, Trajano Bastos e Waldenício Barbalho reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as despesas efetuadas pelo governo do Estado, Administração Direta e Indireta, com Divulgação e Publicidade. Aberta a reunião, é aprovada a Ata da Reunião anterior sem observações. Havendo expediente, o Senhor Presidente solicita ao Secretário a leitura do mesmo que foi endereçado pelo Senhor Renato Schaitza à Comissão, fazendo explicações sobre declarações suas à imprensa. A seguir o Senhor Presidente concede a palavra ao Deputado Ivo Thomazoni, para, na qualidade de Relator, apresentar o roteiro dos trabalhos da CPI. Lido o roteiro pelo Senhor Deputado Ivo Thomazoni, o mesmo é posto em discussão. Pela Ordem o Senhor Deputado Trajano Bastos solicita a suspensão dos trabalhos, por dez minutos, para que os senhores Deputados possam inteirar-se do conteúdo. O Presidente defere a solicitação. Reiniciados os trabalhos, o Senhor Deputado Waldenício Barbalho propõe que o artigo terceiro do roteiro seja modificado, eliminando-se a expressão: “Dez sustentivos exercícios”. A proposta é longamente debatida, sendo sustentada pelos Senhores Deputados Deni Lineu Schwartz e Trajano Bastos. Defende a manutenção da proposta o Senhor Deputado Ivo Thomazoni. O Senhor Deputado Basílio Zanusso propõe e retira a sugestão de adiamento da votação deste artigo. Encerrada a discussão, passa-se à votação. Acusando esta o seguinte resultado: três

votos do MDB a favor da emenda do deputado Waldenício Barbalho e três votos da ARENA, contra a mesma. O Senhor Presidente, desempatando, vota pela manutenção do Artigo terceiro do Roteiro. A seguir o Roteiro é aprovado na íntegra, exceto duas alterações: no artigo quinto, a expressão “serão reservados”, por “poderão ser reservados”; no Artigo 11 foi acrescentada após a palavra “omissos”, a expressão “do presente roteiro”. O Senhor Deputado Trajano Bastos, discordando da aprovação do artigo terceiro do roteiro, protesta, manifestando desejo de desligar-se da CPI. A seguir o Senhor Deputado Deni Schwartz propõe que sejam ouvidos os senhores: Antônio Luiz de Freitas, Sub-Chefe da Casa Civil do atual Governo, Divonei Campos, Assessor de Imprensa dos Governos Emílio Gomes e João Mansur, Aírton Batista, do Governo Haroldo Leon Peres, Lindolfo Luiz, de Maringá, também do Governo Haroldo Leon Peres e Antônio Brunetti. O Senhor Presidente submete à votação os nomes sugeridos pelo Senhor Deputado Deni Schwartz. O Senhor Deputado Trajano Bastos, pela ordem, solicita que seja incluído na relação o senhor Renato Schwaitza. A relação foi aprovada. A seguir o Senhor Deputado Ivo Thomazoni submete à apreciação proposta verbal nos seguintes termos: “Que a Presidência requeira ao Poder Executivo uma relação discriminada das despesas com divulgação dos atos governamentais, no atual e nos dez últimos exercícios financeiros, e se constavam dotações orçamentárias para tal fim”. A proposta é aprovada. Usando ainda da palavra o Senhor deputado Ivo Thomazoni sugere que se faça maior número de reuniões para poder ouvir as pessoas indicadas. A proposição foi aceita e o Senhor Presidente marca para o dia 08 do corrente uma reunião extraordinária para ouvir o depoimento do senhor Antônio Luiz de Freitas e para o dia 09 do senhor Divonei Machado de Campos. Com a palavra o Senhor Deputado Ivo Thomazoni, justificando seu requerimento verbal, diz que a posição adotada pelo relator no que diz respeito aos “dez últimos exercícios” não é definitiva e que este roteiro poderá futuramente ser discutido e alterado no seu artigo terceiro se assim entender a maioria dos Senhores Membros da Comissão”. O Senhor Presidente agradece a presença e convoca uma reunião extraordinária para o dia 08 do corrente, às 9,00 horas e encerra a presente reunião, da qual, para constar, eu, Francisco Dranka, Secretário, lavrei a presente Ata, que vai por mim assinada, pelo Senhor Presidente e demais membros da Comissão.

DÁCIO LEONEL DE QUADROS, IVO THOMAZONI,
WERNER WANDERER, BASÍLIO ZANUSSO.
DENI SCHWARTZ, TRAJANO BASTOS e
WALDENÍCIO BARBALHO.